



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - 2ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.3 - 3ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.4 - Reunião de Comissões

2 - ORDEM DO DIA

- 2.1 - Comissão

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissão

4 - MANIFESTAÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 19/4/2012

Presidência do Deputado Inácio Franco

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Inácio Franco - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa - André Quintão - Antônio Genaro - Carlin Moura - Dalmo Ribeiro Silva - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Fabiano Tolentino - Gustavo Corrêa - Hélio Gomes - João Vítor Xavier - Lafayette de Andrada - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Marques Abreu - Neider Moreira - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 23, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/4/2012

Presidência dos Deputados José Henrique, Inácio Franco e Rômulo Viegas

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Apreciação de Indicações e de Requerimentos: Requerimento do Deputado Rogério Correia; aprovação - Indicação nº 34/2011, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Augusto Monteiro Guimarães para o cargo de Presidente da Fundação Ezequiel Dias - Funed -; votação secreta; aprovação - Indicação nº 35/2011, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Eugênio Ferraz para o cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais; votação secreta; aprovação - Indicação nº 37/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Anali de Rezende Peixoto para compor o Conselho Estadual de Educação; discurso do Deputado Rogério Correia; votação secreta; aprovação - Questão de ordem - Requerimento nº 2.130/2011; discurso do Deputado Sávio Souza Cruz; votação do requerimento; aprovação - Requerimento nº 2.157/2011; discurso do Deputado Rogério Correia; questão de ordem; votação do requerimento; aprovação - Requerimento nº 2.158/2011; aprovação; declarações de voto - Inexistência de quórum para votação - Indicação nº 38/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Andréa Pereira da Silva para



compor o Conselho Estadual de Educação; encerramento da discussão - Indicação nº 39/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Maria do Carmo Menicucci de Oliveira para compor o Conselho Estadual de Educação; encerramento da discussão - Indicação nº 41/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Lázaro de Assis Pinto para compor o Conselho Estadual de Educação; encerramento da discussão - Indicação nº 42/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Eustáquio Machado Coelho para compor o Conselho Estadual de Educação; encerramento da discussão - Indicação nº 43/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Francisco Soares para compor o Conselho Estadual de Educação; encerramento da discussão - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

José Henrique - Inácio Franco - Adalclever Lopes - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Elismar Prado - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - João Leite - João Vítor Xavier - Lafayette de Andrada - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20h5min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Rômulo Viegas, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres, de requerimentos e de indicações.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Requerimentos nºs 1.918 e 2.129/2011, apreciados na ordinária realizada hoje, à tarde.

Apreciação de Indicações e de Requerimentos

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Rogério Correia em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que as Indicações nºs 34 e 35/2011 e 37/2012 sejam apreciadas em primeiro lugar, nessa ordem, seguidas dos Requerimentos nºs 2.130, 2.157 e 2.158/2011. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Indicação nº 34/2011, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Augusto Monteiro Guimarães para o cargo de Presidente da Fundação Ezequiel Dias - Funed. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Glaycon Franco - Hélio Gomes - Inácio Franco - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

O Deputado Hely Tarquínio - Solicito à Presidência que registre o meu voto “sim”.

O Deputado Carlos Henrique - Deputado Carlos Henrique, Sr. Presidente.

O Deputado Gilberto Abramo - Sr. Presidente, contabilize também o meu voto.

O Sr. Presidente - Estão computados. Votaram “sim” 41 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada a Indicação nº 34/2011, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Augusto Monteiro Guimarães para o cargo de Presidente da Fundação Ezequiel Dias - Funed. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação nº 35/2011, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Eugênio Ferraz para o cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Elismar Prado - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram “sim” 42 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada a Indicação nº 35/2011, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Eugênio Ferraz para o cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação nº 37/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Anali de Rezende Peixoto, para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Deputadas e Deputados, solicitei a palavra por se tratar de uma indicação, no meu entender, muito importante, para o cargo de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental. Gostaria de fazer algumas ressalvas sobre a questão da educação e sobre o que esperamos do próprio Conselho de Educação.

Primeiro, acredito ser necessária uma reformulação do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, pois ainda não tivemos condições de fazê-la. O Conselho, no meu entendimento, não tem uma formação de sentido participativo mais amplo e, por muitas vezes, não consegue corresponder ao objetivo geral que compreendemos ser o da educação no Estado. O Conselho tem o seu funcionamento, nesse aspecto, muito burocrático e não representa aquilo que vem das escolas, particularmente das estaduais e municipais. Ou seja, as escolas públicas não conseguem, por meio do Conselho, expor à sociedade os problemas vividos em seu interior. Como os problemas não chegam ao Conselho, muitas vezes, não chegam à própria Secretaria e, muito menos, ao Governador do Estado. Isso é o que temos visto.

Outro dia, na Assembleia Legislativa, sem falar nos 112 dias de greve do ano passado, mais uma vez ocorreu disputa na formação do Fórum Estadual de Educação, que é preparativo para o Fórum Nacional. Essas reuniões têm sido realizadas no Brasil todo exatamente para democratizar a gestão educacional.

Aqui na Assembleia Legislativa, a Comissão de Educação organizou esse fórum e, mais uma vez, assistimos a um conflito entre a Secretaria de Educação e os professores, representados pelo sindicato. Isso leva a crer que, de fato, após 112 dias de greve, motivada pela aprovação de lei aqui na Assembleia Legislativa, a educação não conseguiu fazer com que o entendimento entre governo e categoria de trabalhadores do ensino se estabelecesse. Portanto, esse conflito permanece na escola. Deputadas e Deputados, é necessário que o Conselho Estadual faça uma intervenção positiva, visando amainar as diferenças, as divergências e estabelecer um maior diálogo na educação pública mineira entre governo e sindicato, entre governo e categoria dos professores. Se o Conselho não é capaz de assim agir, ficamos sem um canal de interlocução direta entre Secretaria de Educação, governo do Estado e categoria. É o que tenho visto. Quando se manifesta a vontade, como num fórum de educação, assistimos ao conflito. Os professores trouxeram aqui pratos vazios para simbolizar a fome e a política da educação, como eles a entendem na escola.

Acredito, Deputadas e Deputados, que os professores têm muita razão nessas manifestações que aqui fizeram e em outras que vêm fazendo. Primeiro, porque realmente, se o governo quer ter com os professores uma boa relação, não é possível ter um entendimento como tem, o qual o leva a determinar que as escolas não ofereçam aos professores alimentação, por ela ser apenas dos alunos. Eles tiveram um entendimento completamente burocrático disso, deixando - como disse o Deputado Sávio Souza Cruz - o “Magistério com Fome” substituir o Minas sem Fome.

O que vemos nas escolas é uma relação de conflito, até mesmo para saber se um professor pode ou não se alimentar dentro da escola estadual. Mas a Secretaria terá o comportamento de orientar que o professor ali não poderá se alimentar, porque existe uma determinada lei. Ora, essa lei só se aplica nas escolas estaduais de Minas Gerais. O Tadeu Martins Leite está aqui e pode dizer se o seu pai tem a mesma opinião em Montes Claros - duvido que tenha -, ao dizer que os professores não podem se alimentar nas escolas municipais. Nunca vi Prefeito algum dizer: “Olha, tem uma lei federal que diz que o professor na minha cidade não se alimenta junto com os alunos”. Aqui, no Estado, a Secretaria de Educação entendeu dessa forma.

Portanto, um sentimento e uma compreensão autoritários evidentemente se refletem numa posição autoritária de quem não mantém com os professores um comportamento democrático, o que redundava em perseguição no interior da greve. Assim foi também com as salas multisseriadas, colocadas também agora como uma punição aos professores, em que alunos de diversas séries terão de frequentar as mesmas salas com professores que não conseguem, e não conseguirão nunca, dar uma aula adequada, porque ali se misturam alunos de diversas séries, diversos entendimentos e diversas idades. Então, a educação em Minas vai mal e é por isso que os índices da educação têm piorado em Minas.

É muito interessante o que vou falar a vocês, Deputados. Recebi também um quadro comparativo, em que o Estado quis convencer o professor de que ele ganha bem. Enviaram para cada professor uma carta explicando qual salário o professor terá. Deputados, é hilariante isso, pois a intenção do governo é dizer o seguinte: “Professor, um dia você vai ganhar bem.” Vejam, Deputados, como o governo procurou convencer os professores de que eles ganhariam bem. O governo vai dizendo o salário que o professor terá e o reajuste para frente. Então, esse professor que me mandou essa carta, recebida pelo correio, ganhará, de janeiro a março de 2012, R\$1.345,37. Veja bem, Deputado Gilberto Abramo, de abril a dezembro de 2012, ele vai receber mais. Passará de R\$1.345,37 para R\$1.412,00. Dessa forma o professor ficará entusiasmado. Ele chegará em dezembro recebendo R\$1.412,00. De janeiro a dezembro de 2013, o professor pulará para R\$1.439,00. Ele terá R\$27,00 de aumento durante o ano de 2013.



Quando chegar em 2014, ele pulará para R\$1.465,00 e, em janeiro de 2015, sem previsão de mais aumento, ele teria R\$1.492,00, ou seja, o professor, durante o governo Anastasia, terá seu salário, que hoje seria de R\$1.345,00, aumentado para R\$1.492,00. Portanto ele ganharia quase dois salários mínimos e, em 2015, estará beirando um salário e meio ou 1,3 salário mínimo.

O governo envia aos professores um planejamento de reajuste salarial que confessa o arrocho salarial que incidirá sobre essa categoria. Isso foi para todos os professores, e eles podem fazer a conta do arrocho por que passarão, uma vez que agora é lei federal o aumento do salário mínimo. Portanto o salário mínimo terá um aumento anual, embora tenham sido contra, no Congresso Nacional, o PSDB, o DEM e o PPS. Disseram que o Congresso é que deveria elaborar a lei. Mas a lei que o Lula enviou foi exatamente para proteger os trabalhadores, como tem ocorrido. Todo ano há aumento real do salário mínimo acima da inflação. E os professores têm estabelecida, até 2015, uma mixaria de reajuste, porque o professor que hoje ganha R\$1.345,00 passará a ganhar, em 2015, quatro anos depois, R\$1.492,00. Portanto, em quatro anos, ele terá um aumento de menos de R\$150,00. É evidente que essa política salarial não está seguindo a lei nacional do piso salarial, que estabelece um reajuste superior ao processo inflacionário anual.

Essa carta que o Governador remeteu a cada professor é a comprovação de que não se respeita a discussão do piso nacional da categoria e não se concede o reajuste necessário. Evidentemente, junto com a nossa bancada, votarei favoravelmente à aprovação do nome de Anali de Rezende Peixoto para o função de Conselheira do Conselho Estadual de Educação. Mas gostaria de chamar a sua atenção, assim como a de todos os membros do Conselho Estadual da Educação, que compreendam que não é possível fazer uma educação de qualidade se os professores do nosso Estado não forem tratados com carinho e justiça social. E o governo, infelizmente, trata-os com muita rixa, muita perseguição e muita vingança, após a ocorrência do movimento grevista. Isso não pacifica as escolas estaduais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Elismar Prado - Glaycon Franco - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Inácio Franco - José Henrique - Lafayette de Andrada - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 42 Deputados. Não houve voto contrário. Houve 1 voto em branco. Está, portanto, aprovada a Indicação nº 37/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Anali de Rezende Peixoto para compor o Conselho Estadual de Educação. Oficie-se ao Governador do Estado.

Questão de Ordem

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, reportando à votação da indicação do Sr. Augusto Monteiro Guimarães para o cargo de Presidente da Funed, naquela oportunidade, considerando que a votação é secreta, vários Deputados declararam o voto no microfone. Então gostaria que a assessoria da Mesa nos informasse, de acordo com o Regimento, se é possível, numa votação secreta, declarar o voto, uma vez que é secreta.

O Sr. Presidente - Informo ao Deputado Vanderlei Miranda que, independentemente da declaração de voto, já havia quórum para a aprovação da indicação.

O Deputado Vanderlei Miranda - V. Exa. não entendeu. Não estou dizendo do quórum, mas sim do procedimento do voto. Estamos numa votação secreta, e o voto foi declarado. Essa é a questão. Então não é quanto ao quórum.

O Sr. Presidente - O art. 254 do Regimento Interno diz: "Após votação em reunião pública, o Deputado poderá fazer declaração de voto pelo prazo de 5 minutos".

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, entendo que, para voto secreto, isso não se aplica.

O Sr. Presidente - No Regimento Interno, o artigo fala sobre reunião pública, e esta é uma reunião pública do Plenário.

O Deputado Vanderlei Miranda - A reunião é pública, mas a votação é secreta.

O Sr. Presidente - O Regimento Interno não faz restrição quanto ao processo de votação; portanto, a declaração de voto pode ser feita em qualquer processo.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, aí não diz qualquer processo. O "qualquer" está acrescentado ao parágrafo. Não diz aí "qualquer".

O Sr. Presidente - O art. 254 diz: "Após votação em reunião pública, o Deputado poderá fazer declaração de voto pelo prazo de 5 minutos".

O Deputado Vanderlei Miranda - Pública, mas a votação é secreta. Sr. Presidente, não quero abrir uma discussão. Vou encerrar o meu questionamento, mas não me dou por convencido.

O Sr. Presidente - No Regimento Interno, não há restrição à declaração de voto. No entanto, a Presidência oportunamente formalizará a resposta ao questionamento realizado por V. Exa.

O Deputado Vanderlei Miranda - Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero também aproveitar para finalizar dizendo que estou feliz com a presença de V. Exa. na Presidência dos trabalhos desta noite.

O Sr. Presidente - Muito obrigado.



O Sr. Presidente - Votação do Requerimento nº 2.130/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de informações, com os aspectos que menciona, sobre os contratos de financiamento do Estado com a União e a Cemig. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Sávio Souza Cruz.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Sr. Presidente, tivemos hoje, durante a tarde, no Plenário desta Casa, candentes debates a respeito do endividamento do Estado. Voltamos agora ao assunto com mais alguns requerimentos que surgiram no seio da comissão especial que existiu nesta Casa a respeito do endividamento do Estado, uma comissão de grande importância que foi presidida pelo Deputado Adelmo e teve a participação do Deputado Mourão, do Deputado Antônio Júlio e realizou um número significativo de reuniões e audiências, ouvindo autoridades no assunto. Mas essa comissão direcionou o seu trabalho apenas para o endividamento com a União. Os demais endividamentos do Estado, de certa forma, foram deixados em segundo plano. Não sabemos por qual razão os demais endividamentos do Estado foram relegados a uma condição secundária, a uma condição de menor importância. Poderíamos imaginar que essa prioridade tenha sido dada pela expressividade dos juros, mas, se analisarmos os juros do endividamento com a Cemig, essa teoria cairia por terra, porque os juros cobrados pela Cemig - curiosamente uma empresa que majoritariamente é do próprio Estado de Minas Gerais - são mais altos que os juros cobrados pela própria União. Portanto não é esse o critério. Ou seja, a prioridade dada ao endividamento com a União não tem a sua origem, digamos assim, numa escala decrescente dos juros cobrados do Estado de Minas Gerais. Também não é uma escala temporal, porque tivemos oportunidade de demonstrar, na reunião de hoje à tarde, que, somente nos últimos governos, o atual e os dois anteriores a este, o Estado de Minas Gerais contraiu, com autorização desta Casa, cerca de 16 bilhões de novos empréstimos. Deputado Pinduca, exatamente 16 bilhões de novos empréstimos contraídos pelo Governador Antonio Anastasia e seu antecessor, Aécio Neves, que endividaram fortemente o Estado de Minas Gerais. E endividaram sem a lógica do desenvolvimento, porque, apesar desse forte endividamento, não lograram fazer com que Minas Gerais crescesse sequer no ritmo do Brasil. Observamos, por exemplo, que, durante os sete anos e três meses do governo Aécio Neves, enquanto o Brasil cresceu ao ritmo de 3,5% ao ano em seu PIB, Minas Gerais cresceu apenas 3,3%, ou seja, mesmo com um forte endividamento, Aécio Neves não conseguiu que Minas Gerais sequer crescesse no ritmo do Brasil. O endividamento não, este cresceu mais fortemente que o endividamento brasileiro, que teve um decréscimo nesse período.

É um saldo que hoje observamos: Minas Gerais paga o preço por ter, nos últimos governos, abdicado de ter um projeto de desenvolvimento em favor de ter apenas um projeto eleitoral. Esse é o problema. Abdicamos de ter um projeto de governo, um projeto de desenvolvimento para ter um projeto de "marketing", um projeto exclusivamente de "marketing".

Então, nos contentávamos, tentou-se contentar os mineiros apenas com as peças publicitárias. O saldo disso é dramático. A dívida com a União, embora se anunciasse o déficit zero, triplicou. Além de triplicar a dívida, contraiu-se mais R\$16.000.000.000,00 de novos empréstimos. Com isso, receberam o Estado com um endividamento total da ordem de R\$20.000.000.000,00, e hoje já beira os R\$80.000.000.000,00 de endividamento. Portanto, quatro vezes mais. E já há na pauta mais R\$500.000.000,00 de endividamento para serem votados. Agora, se mobiliza a própria Assembleia. Não sei se a cota de publicidade do governo acabou, não sei se D. Andrea exauriu tudo. Usam agora a Assembleia para fazer uma propaganda, tentando tirar o foco do fracasso administrativo do governo para colocá-lo em outro lugar. O saldo desses governos é trágico. Embora Minas Gerais, Deputado Vanderlei Miranda - insisto nisso, os grandes números são altamente reveladores -, tenha 10,5% da população brasileira, só responde por 9,1% do PIB; contudo, temos 15,4% da dívida. Ou seja, na média, os mineiros são 10% mais pobres que os brasileiros e 50% mais endividados.

É esse o saldo de 10 anos do governo do PSDB, que fez esta trágica opção: renunciar a um projeto de desenvolvimento, substituindo-o por um projeto de "marketing", por um leviatã publicitário, pelo Estado anunciante. O Estado anunciante não está preocupado com Minas Gerais, não está preocupado com os mineiros, mas com o projeto político eleitoral de uma liderança de Minas Gerais. Agora pagamos o preço: Minas Gerais exaurido, Minas Gerais empobrecido, Minas Gerais quebrado. O caos instalou-se na educação. O caos instalou-se na segurança, Minas Gerais é o único Estado do Sudeste onde o índice de criminalidade cresce. O Deputado Lafayette de Andrada fez o possível para tentar evitar que isso ocorresse, mas, em Minas Gerais, cresce a criminalidade. A saúde pública é uma tragédia em Minas Gerais. Agora a Assembleia quer, aliás, mobilizar a opinião pública, e acho isso correto, para que se estabeleça o mínimo constitucional de investimento da União.

Então, esse é o cenário de hoje: Minas empobrecido e agora tentando, num movimento desesperado, fazer uma campanha publicitária para coletar assinaturas para exigir o mínimo constitucional - o que acho correto - de investimentos da União em saúde; contudo, nada se fala de um dever constitucional desta Casa, que é fiscalizar o investimento do mínimo constitucional do Estado em saúde, o que é sistematicamente descumprido em Minas Gerais. Os 12% que Minas Gerais se nega a investir em saúde a Assembleia Legislativa se nega a fiscalizar, o que é seu dever constitucional; contudo, usará dinheiro dos mineiros para fazer campanha publicitária, a fim de criar uma obrigação constitucional que ainda não existe. É esse o cenário de Minas: uma campanha publicitária desesperada para tentar atribuir a outrem o fracasso administrativo em que se converteu o governo de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 2.130/2011. Oficie-se.

Votação do Requerimento nº 2.157/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações detalhadas sobre as memórias de cálculo de dívidas do Estado negociadas no âmbito das Leis Federais nºs 7.614, de 1987; 7.976, de 1989; e 8.727, de 1993. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, este requerimento da Comissão de Dívida Pública pede informações detalhadas sobre memórias de cálculo das dívidas do Estado negociadas no âmbito das leis federais. É também um requerimento importante sobre a dívida do Estado, da qual estamos fazendo uma discussão séria. Digo uma discussão séria, porque já foi dito pelos Deputados Ulysses Gomes, Sávio Souza Cruz, Adelmo Carneiro Leão e diversos de nós, da Oposição, que o governo, ou melhor, o PSDB tem



feito, por meio da Assembleia Legislativa, uma discussão não sincera e não real com a população mineira, querendo fazer transparecer que existe um problema de uma dívida feita pela Presidenta Dilma que está inviabilizando Minas Gerais.

A propaganda que passa nos horários nobres da televisão diz basicamente isso, que Minas começou a sangrar com a dívida, depois de oito anos em que o déficit era zero, e o Senador Aécio Neves, para ganhar as eleições, estabeleceu que o déficit era zero. O Deputado Sávio Souza Cruz até inaugurou placa de déficit zero, com foguetes. De repente, o déficit zero já não existe, e Minas está endividado e quebrado, e a responsabilidade é da Dilma. Não há escola, por causa do governo federal. Se não se fizer o choque de gestão, Minas não anda. Choque de gestão corta a merenda das professoras, põe aluno de 15 anos com aluno de 17, 16, 11 anos, mistura todos em uma sala de aula e coloca um mágico para tentar ensinar. Paga ao mágico R\$1.200,00 e o chama de professor. Esse é o choque de gestão. Mágico sem comida, como lembra o Deputado Sávio Souza Cruz, que depois vem aqui bater panela. E eles dizem: "Olhem os bárbaros dos professores, batendo panela na Assembleia Legislativa. Vejam que bárbaros!". Os bárbaros são aqueles professores que recebem R\$1.200,00 e não podem se alimentar na escola. São vítimas do choque de gestão de um Estado quebrado. E dizem que está quebrado por causa da Presidenta Dilma.

A propaganda apenas insinua isso, mas se vocês entrarem no "site" Minas Transparente, verão que lá diz com todas as letras que Minas vai mal por culpa do PT e da Dilma, que estão falindo Minas com os juros da dívida. É um direito deles colocarem lá o que julgam ser o mais correto. Só faço restrição ao conteúdo. Mas, a Assembleia Legislativa usar o seu canal institucional, para fazer uma campanha que não é definida por meio do seu Colégio de Líderes e da Mesa, isso nos chateia muito.

E aí, realmente, utiliza-se um recurso público institucional e um Poder que, em tese, é independente, para se fazer e oferecer conteúdo político-ideológico a um determinado partido político, que tem sua importância dentro do Parlamento e no Estado, mas não é o único. De fato, a questão da dívida está sendo muito mal discutida e muito mal tratada pelo Parlamento mineiro. É inadmissível que o espaço institucional de um Poder seja utilizado com objetivo político. Repito, se vocês abrirem o "blog" "Minas Transparente", verão o que realmente se coloca, do ponto de vista de campanha política, e serve ao interesse eleitoral de 2014 do Senador Aécio Neves à Presidência da República. Que o PSDB o faça é legítimo, mas que a Assembleia de Minas o faça, com recursos públicos, para o objetivo do Aécio Neves e do PSDB não o é. Essa é a questão que estamos levantando.

Renegociar a dívida é algo que o Estado deve reivindicar, da mesma forma como os demais. Somos favoráveis. Aliás, muito mais favoráveis que o PSDB, porque fazemos isso desde que a dívida foi contraída e éramos contra. Quando o Itamar Franco colocou o dedo na ferida e disse que essa dívida era impagável, foi chamado de louco, de tresloucado, e, ele, que colocou agentes da Polícia Militar para impedir a privatização de Furnas. E o PSDB o faz agora como uma bandeira política, usando a Assembleia Legislativa e seus recursos para fazê-lo, o que é um equívoco. Que o PSDB o faça e proclame isso em seu horário de televisão é um direito do partido, mas não da Assembleia Legislativa.

Deputadas e Deputados, trago mais um argumento importante sobre a dívida. Fizemos uma contabilização sobre os empréstimos do governo e o que foi solicitado. Ele pediu R\$16.000.000.000,00, conforme já disse o Deputado Sávio Souza Cruz. Fizemos um levantamento e identificamos que, do Aécio ao Anastasia, o governo conseguiu se endividar em mais R\$9.000.000.000,00, R\$8.924.000.000,00, fora a dívida, que ainda não sabemos quando foi contraída, aprovada por esta Casa, no final do ano passado, de R\$7.050.000.000,00. O total é de aproximadamente R\$16.000.000.000,00, solicitados de contratação de dívidas, tendo sido R\$9.000.000.000,00 já contraídos. Que juros estão se pagando dessa dívida? Se este Estado está tão preocupado com endividamento, por que ainda pede mais dívidas para serem feitas se o problema são elas e seus juros?

Depois dos vetos, teremos que aprovar mais projetos de endividamento, daí, a pressa do governo. São mais R\$500.000.000,00 que o governo pede e soma ao endividamento do Estado e que serão pagos depois. O governo de Minas está agindo de forma equivocada como o fez o governo Fernando Henrique Cardoso. Endivida o Estado e depois vai buscar privatizar empresas para pagar a dívida. Esta não é paga, e não há um processo de crescimento e de desenvolvimento econômico sustentável, enquanto vamos nos endividando mais.

Deputados, o endividamento de Minas é maior que o de outros Estados. Poderia ser alegado que isso é comum, que ocorreu em todos os Estados. Vejam a reportagem do jornal "Hoje em Dia" e constatarão que Minas Gerais teve uma evolução de dívida de 356%. Quem mais se aproximou foi o Amapá, que ficou em 238%, ainda bem inferior a Minas, seguido do Rio Grande do Sul, 150%; Alagoas, 146%; São Paulo, 143%; Rio de Janeiro, 119%. Minas ficou com 356% de crescimento da dívida para além daquela do período em que o PSDB governou Minas Gerais. A dívida de Minas cresce mais, foi mal negociada, foi mal conduzida. O choque de gestão foi mal conduzido. Por isso, quando o PT e o PMDB votaram contra a dívida e o Governador era o Azeredo, nós denunciávamos que as dívidas e os juros estavam equivocados e que o Estado pagaria por isso, como de fato está ocorrendo. Essa dívida, que agora estão dizendo estar sangrando Minas, foi feita por Fernando Henrique Cardoso, que a determinou, Eduardo Azeredo, que a aceitou, e esta Assembleia, que a aprovou, apesar dos votos contrários do PT e do PMDB. Logo, não é justo que a Assembleia Legislativa faça uma campanha publicitária com a qual os Líderes, em sua totalidade, não concordam. A Mesa também não concorda com ela nem assinou qualquer coisa que permitisse a elaboração dessas peças publicitárias.

Portanto, estamos pedindo ao Presidente que suspenda essas peças publicitárias. Amanhã vou apresentar requerimento para isso, em nome da Bancada do PT, e convido o PMDB a assiná-lo conosco. Será um requerimento para que se faça a suspensão dessas peças publicitárias.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Por fim, Presidente, nos 15 segundos que me restam, peço a V. Exa., como já fiz à tarde, que nos informe, de preferência até amanhã, de quem foi a responsabilidade pelo que aconteceu hoje com o som da Assembleia Legislativa: enquanto falávamos desta tribuna, em vez de se repercutir, como se faz em todas as falas, o pronunciamento do Deputado que está na tribuna, fizeram a chamada das Deputadas e Deputados para recomposição de quórum. Isso aconteceu exatamente quando eu me pronunciava. Acho que é uma questão grave; não se pode atuar dessa forma, proibindo as pessoas de escutarem o que qualquer



Deputado fala da tribuna. Portanto, solicito mais uma vez à Mesa da Assembleia que nos dê uma resposta sobre a responsabilidade desse acontecimento, até para que isso não volte a acontecer. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Rômulo Viegas) - Informo ao Deputado Rogério Correia que a Presidência lhe responderá oportunamente. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 2.157/2011. Oficie-se.

Votação do Requerimento nº 2.158/2011, da Comissão Especial da Dívida Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações sobre os documentos que menciona, que contêm informações relacionadas a acordo e contratos firmados pelo Estado nas negociações realizadas com base na Lei Federal nº 9.496, de 1997. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Declarações de Voto

O Deputado Zé Maia - Essa matéria foi discutida à tarde, e vou voltar às palavras que dirigi ao Deputado Sávio Souza Cruz, que se pronunciou ao final da reunião. É verdade que, como disse o Deputado, esse contrato da dívida pública de Minas Gerais com o governo federal foi firmado em 1998, quando era Governador Eduardo Azeredo, e Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Mas é importante destacar que, quando foi firmado esse contrato da renegociação da dívida de Minas Gerais com o governo federal, foi escolhido o menor índice de correção monetária da época, o IGP-DI; à época, a taxa de juros, a taxa Selic estipulada pelo Banco Central era da ordem de 25%. Portanto, a taxa de juros na época foi de 7,5%, ou seja, de 30% da taxa Selic, o que equivaleria hoje a 3%. Como disse recentemente o Vice-Governador Alberto Pinto Coelho, o melhor índice para a troca com o IGP-DI é o INPC, porque a troca pela Selic não serve a Minas Gerais ou aos outros Estados. Hoje, o INPC é, certamente, o índice que melhor se adapta a essa situação. E ainda há que se invocar aqui a função social do contrato e, especialmente, o princípio da boa-fé, previstos respectivamente nos arts. 421 e 422 do Código Civil. Isso porque, em 1998, o que se escolheu foi o IGP-DI, que era o menor índice de correção monetária, e 30% da taxa Selic como cobrança de juros. Se nos reportarmos a hoje, deveríamos, então, colocar o INPC e algo em torno de 3% de cobrança de taxa de juros. Acho que isso é respeitar a função social do contrato, prevista no art. 421 do Código Civil, e o princípio da boa-fé, previsto no art. 422 do mesmo Código. Certamente, esse é o princípio que deve nortear as partes nesse negócio. O governo federal não pode, de má-fé, continuar com o IGP-DI como índice de correção monetária, pois ele passou do menor índice, à época da assinatura do contrato, em 1998, para o maior, atualmente. E, da mesma forma, cobrar 7,5% de juros, que foram estipulados com a taxa Selic de 25% ao ano, quando hoje a taxa Selic está em 9,75% ao ano. O governo federal não cumpre o princípio da boa-fé estabelecido no art. 422, do Código Civil de 2002. Sr. Presidente, com base nesses dois princípios, o governo federal terá de renovar, rever as bases do contrato firmado em 1998, porque, de lá para cá, muita coisa mudou. Agora, o governo federal está deitado em berço esplêndido, porque é extremamente cômodo extorquir o povo mineiro, extorquir todos os Estados, ganhar dinheiro com a agiotagem oficial, cobrando juros estratosféricos e uma correção monetária absolutamente incompatível com as condições financeiras do Estado. A relação que o governo federal propõe com os Estados atualmente não é saudável. Aliás, como disse na parte da tarde, é uma relação extremamente covarde, porque o governo federal não se movimenta, fica impávido, esperando que o povo mineiro e os demais Estados contribuam com ele religiosamente. E, nas suas receitas, passa a ter uma receita estranha ao ordenamento jurídico. Ou seja, a União tem como importante receita a cobrança abusiva de juros dos entes federados. Como disse na parte da tarde, a Polícia Federal está combatendo a agiotagem no Rio de Janeiro, e é bom que faça isso. Porém penso que ela precisa ir ao Palácio do Planalto, porque o maior agiota deste País é o governo federal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Duarte Bechir - Meu caro Presidente, Deputadas e Deputados, discutimos a votação do Requerimento nº 2.158, da Comissão Especial da Dívida Pública, que tem pela frente uma tarefa das mais importantes que esta Casa tem construído nos últimos tempos. Esta Comissão está buscando, como ideal primordial, uma correção que tem dado prejuízo aos mineiros de todos os setores. Essa correção é necessária, porque não pode a nossa mãe, a nossa pátria, cobrar dos seus filhos, os Estados, juros maiores que ela cobra da iniciativa privada. Para que o telespectador entenda perfeitamente, basta qualquer empresário que queira abrir o seu empreendimento ir até o BNDES, em Brasília, para obter um empréstimo - isso para ele, um empresário particular - com juros de 6%. Só que ele cobra dos Estados Federados, da República Federativa do Brasil, 7,5%. Se a União, como a nossa pátria, representa os seus Estados, tem que agir de forma diferenciada com os Estados. Não pode dar um tratamento ao particular, concedendo-lhe desconto e onerando os Estados. O que falta ao governo federal é mais boa vontade com a população. É incontestável que o governo federal trata a população sem o devido respeito e sem a devida atenção. Um exemplo: a lei federal obriga o Município a gastar 15% com a saúde, os Estados a gastarem 12%, mas ela, a União, se nega a gastar 10% com a saúde. Quando chega no dinheiro da Presidente, ela diz assim: "Não; vou gastar o que eu quiser". Por exemplo, a cidade de São Bernardo do Campo é o berço do PT. Todos a conhecem. De lá vieram as primeiras greves. Agora estão construindo lá o Museu do Trabalhador. Aquela máquina em que o Presidente perdeu o dedo e que o invalidou para o trabalho o resto da vida será levada para esse museu, com o retrato das greves. Sabem quanto vai custar essa brincadeira do museu? Quem estiver em casa de pé pode assentar-se. Darei um tempo para que se assentem. O dinheiro público tem de ser respeitado e ele não é da Presidente. Ela é fiadora da sua responsabilidade e tem de traçar diretrizes, estabelecendo prioridades para gastar o dinheiro do povo. Vocês já estão assentados? Então, lá vai: o governo federal doará ao museu que homenageia o ex-Presidente R\$14.500.000,00. Ele doará, repito, R\$14.500.000,00 para a construção do museu em homenagem ao trabalhador. Esta Casa passa a buscar encaminhamento para reduzir os juros cobrados, e há pessoas que dizem que estamos fazendo política. Direi por quê, Deputado Zé Maia, em 1 minuto dá para dizer. V. Exa. já ouviu um ditado na vida pública que diz que quanto pior, para alguns, melhor? Se a Presidente corrigir a distorção, possibilitando que sobre dinheiro para o Estado investir em obras importantes que a União não faz na saúde, o Estado elevará o seu prestígio e reconhecimento popular, mas isso não pode acontecer, pois Prefeitos e Governadores têm de estar com o pires na mão para pedir recursos para a Presidente. E, lá, sobra dinheiro. Para terminar, nesses 15 segundos, gostaria de dizer que lá sobra a ponto de a Ministra Ideli ter mandado ao assessor do Agnelo,



Governador de Brasília, do PT, R\$800.000,00 para a criação de peixe. Depois de 1 ano, o TCU foi verificar os peixes, mas só havia mandioca. O dinheiro de Brasília deveria ser melhor empregado. A dívida dos Estados tinha de ser revista. Se o mineiro terá melhores condições, tem de achar bom, seja quem for o Governador do Estado. Se o PMDB comemorar uma posse ou um governo, estarei aqui para bater palmas para as coisas boas e cobrar, diante das ruínas. A dívida pública de Minas Gerais tem de ser revista para o bem e felicidade deste Estado e de todo povo brasileiro. Se Minas é o Estado da independência, como já provou ser, que saia daqui o nosso grito de vitória, e a dívida será corrigida. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Sr. Presidente, às vezes fico chateado, porque a minha formação é sobretudo de professor, e se há algo que me frustra é perceber que não me fiz entender. Sr. Presidente, têm-me contradito em relação a algo que jamais disse. Até agora, neste Plenário, ou em qualquer lugar que seja, não vi qualquer pessoa ser contrária à renegociação da dívida de Minas ou da dívida de outros Estados. Não vi ninguém contrário a isso. Temos insistido no fato de que essa necessidade foi apontada, até por nós, no governo Itamar Franco, desde o primeiro mês em que ela começou a ser paga, que foi em janeiro de 1999. Desde aquele primeiro mês até hoje, em nenhum desses meses, o pagamento limitado aos 13% da receita líquida corrente foi suficiente para fazer frente ao serviço da dívida. Isso significa que, desde o primeiro mês, o estoque da dívida foi crescendo. Portanto, desde essa época, denunciávamos que isso seria uma bola de neve, que desaguaria onde está desaguando. O que estamos lamentando é que justamente o grupo político que agora vem se somar a nós demorou 12 anos para levantar a bandeira que levantamos há 12 anos. Nesse período, Sr. Presidente, contraímos e negociamos uma dívida, no governo do PSDB em Minas, com Eduardo Azeredo, e no governo federal, com Fernando Henrique Cardoso, também do PSDB, de R\$14.500.000.000,00. Já pagamos quase R\$40.000.000.000,00 e estamos devendo R\$60.000.000.000,00. Esses são os números. Isso não precisaria chegar a esse termo se essa solidariedade tivesse ocorrido no governo Itamar, quando pretendíamos fazer essa negociação. É época em que era possível matar o mal pela raiz para não chegarmos ao ponto em que hoje chegamos, de ter uma dívida que leva Minas Gerais quase à condição da insolvência. A denúncia que fazemos agora é de que justamente o grupo que se omitiu, quando era necessária essa participação robusta e firme de uma Minas Gerais unida, se omitiu lá atrás porque era o grupo que tinha feito essa negociação. Agora, sem fazer o “mea culpa” e sem reconhecer a responsabilidade histórica de ter feito a dívida e de ter se omitido, quando houve a tentativa histórica liderada pelo Governador Itamar para fazer essa renegociação, por Minas e por todos os Estados, nega tudo que ocorreu há 12, 13 anos. São anos de atraso, já com a dívida triplicada, quadruplicada, tendo já sido pagos R\$30.000.000.000,00 e a dívida chegando a R\$60.000.000.000,00, só com a União. Esse grupo agora anuncia essa proposta, como se fosse uma novidade, como se nada tivesse ocorrido, como se não tivesse havido nenhum esforço, nenhuma iniciativa em momento algum. É isso que estamos denunciando, como também denunciávamos a utilização de recurso da Assembleia Legislativa numa campanha que nada tem de institucional. Uma campanha que quer omitir as falhas administrativas do governo, que se deixou levar pelo canto da sereia da publicidade, pelo “marketing” fácil, do déficit zero, do PIB da China, do choque de gestão, preocupada sempre com a campanha eleitoral de Senador e abdicou-se de ter um projeto de governo para Minas. Hoje vemos essa situação da Minas quebrada, que não consegue fazer frente às necessidades sociais, no mínimo, às necessidades do Estado de Minas Gerais. E, não conseguindo fazê-lo, quer agora responsabilizar terceiros. É com isso que não concordamos. Inclusive no que se refere à questão dos juros, não podemos aceitar, por exemplo, que uma empresa do Estado de Minas Gerais, como a Cemig, cobre do Estado juros maiores que a própria União. Se o IGP-DI mais 7,5% é muito, o IGP-DI mais 8,75% é mais ainda. Mas ninguém fala nada. Então, essa censura de que não se pode falar das outras dívidas, mas esse governo vem dizer que o endividamento é perigoso, sendo que já se endividou com mais R\$16.000.000.000,00 e não consegue fazer Minas andar no ritmo do Brasil. Isso precisa ser denunciado, porque não temos em Minas projeto de governo. É isso que estamos dizendo. Ninguém é contra a renegociação, ninguém é. Pelo contrário, fomos nós, há 13 anos... Primeiro, votamos contra essa renegociação e, depois, propusemos, antes de começar a pagar, que ela fosse renegociada.

O Deputado Elismar Prado - Sr. Presidente, na direção do que disse o nobre Deputado Sávio Souza Cruz, o Deputado Rogério Correia e também outros Deputados, entendemos que é preciso, sim, rever em alguns aspectos o pacto federativo. Muito se fala sobre a centralização e a concentração dos recursos. Entendemos as dificuldades pelas quais passam os Municípios e os Prefeitos, assumindo atribuições tanto da União quanto do Estado, mas é uma relação muito perversa. Na verdade, é pior que isso, porque, nos últimos anos, principalmente, nos oito anos do governo Lula - e agora com a Presidenta Dilma -, houve um aumento significativo das transferências de recursos da União para os Estados e Municípios, como nunca assistimos antes na história recente do Brasil. É claro que isso precisa avançar cada vez mais. No entanto, essas transferências de recursos se ampliaram de maneira significativa. Uma relação realmente muito perversa é o que ocorre no Estado de Minas Gerais. Na verdade, existe uma concentração realmente agressiva, nociva, e um verdadeiro abuso contra o desenvolvimento dos nossos Municípios. O governo de Minas, dos 75% de toda a arrecadação, distribui apenas 25% para seus 853 Municípios. Minas é o Estado com o maior número de Municípios do País. Portanto os Municípios vivem de migalhas. Existe uma dívida cruel do Estado para com os nossos Municípios. Recebemos, em nosso gabinete, Prefeitos tanto ligados à base governista do Estado quanto aos Deputados da Oposição. E todos eles, sem nenhuma exceção, reclamam das dificuldades que enfrentam, dizendo que não recebem obras do Estado. Raramente participamos da inauguração de alguma obra realizada pelo Estado. Percorro dezenas e dezenas de Municípios, e sempre estamos inaugurando obras do governo federal em todas as áreas: a extensão de câmpus universitários, o programa Minha Casa, Minha Vida, o Luz para Todos. Há também a entrega de escolas, creches, obras de infraestrutura urbana, como a ocorrida na região do Triângulo Mineiro, que recebeu mais de R\$1.600.000.000,00. Todas as regiões do Estado receberam muitos recursos do governo federal nas áreas do ensino profissional e da saúde, mas não participamos de nenhuma inauguração do Estado, pelo contrário, o governo estadual muda o nome dos programas federais, deles se apropriando, não admitindo a importância da presença do governo federal em Minas. A bancada mineira em Brasília aprova muitas emendas favoráveis ao governo do Estado, além de alavancar recursos para obras estruturantes a serem realizadas pelo governo estadual. Quando discutimos a dívida, é importante falar da carga tributária no Estado. Minas Gerais oprime o seu povo com a maior carga tributária do Brasil, o que incide em serviços essenciais, como a água e a luz. Só na energia elétrica, os consumidores residenciais pagam 42% de imposto. É um Estado que não cumpre leis, tal como a do piso salarial da educação e outras. Minas

precisa agradecer ao governo federal, que “segura as pontas” no tocante às suas obras estruturantes, aos programas sociais que funcionam em todo o Estado. Precisamos desmontar essa falácia de déficit zero, de choque de gestão, pois constatamos a irresponsabilidade do governo do Estado de Minas, que não cumpriu a sua parte, gastando muito mais com propaganda enganosa que efetivamente com programas sociais. Podem observar no Orçamento do Estado que há recursos 100 vezes maiores para a propaganda e a publicidade que, efetivamente, para a execução das políticas públicas em Minas. É preciso colocar a verdade acima de tudo. A despeito das disputas ideológico-partidárias, devemos pensar em nosso povo. Mas o governo do Estado não cumpriu a sua parte, não foi responsável nesse processo, por isso estamos com essa dívida, que precisamos discutir de maneira soberana em defesa da sociedade mineira. Obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Presidente, serei breve devido ao estado da minha voz. O Deputado Elismar Prado se referiu ao problema da carga tributária mineira, mais elevada que nos outros Estados. É mais um campeonato que Minas vence. Pensei sobre a questão do IGP-DI, que tem sido reclamado pela base do governo como um índice que não deve ser aplicado na cobrança da taxa de juros. Até concordo com isso, pois é uma negociação que o governo federal deve fazer, e acho que fará. Os outros governos não fizeram; o governo Fernando Henrique fez a renegociação da dívida juntamente com Azeredo, portanto não se há de falar em achaque, que a cobrança de juros é alta, que Minas está sangrando, pois isso advém de uma negociação feita entre parceiros do mesmo partido: o PSDB, no governo federal, por intermédio de Fernando Henrique, e PSDB, em Minas, por meio de Eduardo Azeredo. No entanto, mesmo hoje, taxas e impostos são pagos, também em Minas Gerais, com a taxa de IGP-DI. Quanto ao IPVA, os juros são pagos com a taxa de IGP-DI. Quanto às taxas de incêndio e às taxas em geral, usa-se o mesmo índice, ou seja, é o IGP-DI das taxas. Então, quanto ao que eles reclamam que o governo federal faz em relação ao governo do Estado, este faz em relação ao povo. Como se diz? Como os bancos fazem? Como V. Exas. dizem? É um achaque, um absurdo? Esqueci até os termos usados aqui, pois são tão pesados que não ficam no meu vocabulário. Esses termos pesados que V. Exas. usam podem ser usados do Governador... Carrascos mineiros, carrascos do povo. Eles usam o termo dos juros extorsivos... É agiotagem do governo do Estado para com o seu povo. O governo do Estado é o agiota do povo. Então é IGP-DI também no IPVA e na taxa de incêndio. Aliás, quanto à taxa de incêndio, há algo que conquistamos que foi não permitir... Na época, o Senador Aécio Neves era Governador do Estado e queria aprovar a taxa de incêndio para todos. Graças à Oposição, o Deputado Weliton Prado gritou aqui, como eu, até ficar rouco e disse que de jeito nenhum e, portanto, conseguimos barrar a taxa de incêndio para a população de Minas. Então apenas o comércio e a indústria a pagam, e a pagam também com IGP-DI. Atrasou, IGP-DI neles. Então é também usado esse mesmo percentual. Sou a favor de renegociar, considero que se deve fazer isso. No entanto o Deputado Sávio Souza Cruz já vem colocando essa questão. Há muito falamos sobre essa renegociação. Quando o Governador Itamar Franco decretou que não era possível pagar - e foi colocado então como a moratória de Minas Gerais -, foi ridicularizado. Nesta Casa, os deboches do PSDB eram demais. Qualquer dia pegarei os termos que eram usados pelos Deputados do PSDB para debocharem do Governador Itamar Franco. Debochavam do Governador, chamavam-no de louco e de tudo quanto era nome. Coitado do Itamar Franco! Chamavam-no de tresloucado e diziam que estava brigando com o Presidente da República e que era oportunismo político. Tudo isso foi dito do Governador Itamar Franco, o mínimo é que era louco. Os termos geralmente são mais pesados. Não gosto de usar termos pesados. Itamar Franco sofreu aqui. A Oposição do PSDB era terrível por causa da moratória. Diziam que era um louco que aderiu à moratória e assim por diante. Quanto a essa campanha, o Itamar já dizia que não teríamos condições de pagar. Na época, a dívida estava em torno de R\$13.000.000.000,00 ou R\$14.000.000.000,00, Deputado Sávio Souza Cruz. Hoje está em R\$70.000.000.000,00. É a mesma dívida - aliás, o Itamar sofreu com ela - que foi negociada de Fernando Henrique com o Azeredo e o aval de Aécio Neves, que era Líder no Congresso e depois foi Presidente da Câmara, mas nunca falou nada sobre isso. Pelo contrário, ajudou a chamar Itamar Franco de louco. Agora, por uma jogada política, dizem que a culpa é da Dilma. Ora, os mineiros não acreditarão nisso. É óbvio que a culpa dos problemas de Minas Gerais advém de um governo que está com problemas. Assumam que há problemas e discutam realmente os problemas de Minas. Agora é muito simples dizer que a culpa é do outro. Olha, já estão governando há nove anos. Já vai para 10 anos de governo para dizer que o problema é do governo federal. É como se o Lula e a Dilma dissessem que a culpa é do FMI. Não, o Lula e a Dilma resolveram o problema com o FMI e a dívida externa e passaram a governar o Brasil com competência - aliás, governam o País agora com credibilidade. O Brasil se desenvolveu e gera emprego e renda. Anastasia, governe Minas, não fique reclamando da Dilma, faça a sua parte. Isso é fundamental. Discordo do Deputado Sávio Souza Cruz quando disse que não há projetos do governo de Minas. Há um projeto: o Minas sem governo. Esse é o único que anda aqui.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que não há quórum para votação, mas que há para a discussão das matérias constantes na pauta.

Indicação nº 38/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Andréa Pereira da Silva para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Continua em discussão, a indicação. Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Indicação nº 39/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Maria do Carmo Menicucci de Oliveira para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Indicação nº 41/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Lázaro de Assis Pinto para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Indicação nº 42/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Eustáquio Machado Coelho para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.



Indicação nº 43/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Francisco Soares para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 18, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/4/2012

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Palavras do Sr. Presidente – Discussão e Votação de Indicações: Requerimento do Deputado Lafayette de Andrada; aprovação - Indicação nº 38/2012, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Andréa Pereira da Silva para Compor o Conselho Estadual de Educação; questões de ordem; votação secreta; inexistência de número regimental para votação; anulação da votação; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para votação; renovação da votação secreta; aprovação - Indicação nº 39/2012, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Maria do Carmo Menicucci de Oliveira para Compor o Conselho Estadual de Educação; votação secreta; aprovação - Indicação nº 41/2012, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Lázaro de Assis Pinto para Compor o Conselho Estadual de Educação; votação secreta; aprovação - Indicação nº 42/2012, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. José Eustáquio Machado Coelho para Compor o Conselho Estadual de Educação; votação secreta; aprovação - Indicação nº 43/2012, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. José Francisco Soares para Compor o Conselho Estadual de Educação; discurso do Deputado Rogério Correia; questão de ordem; discurso do Deputado Rogério Correia; votação secreta; aprovação – Votação de Requerimentos: Requerimento nº 339/2011; aprovação com a Emenda nº 1 - Requerimento nº 606/2011; discurso do Deputado Rogério Correia; votação do Substitutivo nº 1; aprovação - Requerimento nº 725/2011; aprovação - Requerimento nº 747/2011; aprovação com a Emenda nº 1 - Requerimento nº 748/2011; aprovação - Requerimento nº 768/2011; discurso do Deputado Sargento Rodrigues; votação do requerimento; aprovação - Requerimento nº 809/2011; discurso do Deputado Rogério Correia; votação do requerimento; aprovação - Requerimento nº 1.312/2011; discursos dos Deputados Tadeu Martins Leite e Sargento Rodrigues; votação do requerimento; aprovação - 2ª Fase: Questões de ordem – Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Jayro Lessa, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres, de requerimentos e de indicações.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião a Indicação nº 34/2011, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Augusto Monteiro Guimarães para o Cargo de Presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed -, a Indicação nº 35/2011, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Eugênio Ferraz para o Cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais e a Indicação nº 37/2012, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Anali de Rezende Peixoto, para Compor o Conselho Estadual de Educação e os Requerimentos nºs 2.130, 2.157 e 2.158/2011, apreciados na extraordinária realizada ontem, à noite.

Discussão e Votação de Indicações

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Lafayette de Andrada em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que sejam apreciadas em primeiro lugar, nessa ordem, as Indicações n^{os} 38, 39, 41, 42 e 43/2012, entre as matérias em fase de votação, e as Indicações n^{os} 57, 58, 59 e 36/2012, entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Indicação n^o 38/2012, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Andréa Pereira da Silva para Compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Questões de Ordem

O Deputado João Leite – Sr. Presidente, solicito que V. Exa. oriente os nossos colegas, porque muitos não registraram presença. O nosso painel eletrônico demonstra que a maioria dos Deputados não teve a possibilidade de registrar presença no Plenário. Isso impede que estejam aptos para votar.

O Sr. Presidente - Deputado João Leite, estou fazendo a leitura.

O Deputado Lafayette de Andrada – Sr. Presidente, alguns Deputados chegaram agora, como este parlamentar. Como o painel eletrônico está programado para o processo de votação, não conseguimos registrar presença. Não estando presentes, a nossa votação não está sendo computada. Portanto, Sr. Presidente, solicito a abertura do painel para o registro de presenças.

O Sr. Presidente – Informo ao Deputado Lafayette de Andrada que o painel eletrônico está aberto para que os Deputados façam o registro de presença. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 35 Deputados. Portanto, não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito e, nos termos do § 6^o do art. 249 do Regimento Interno, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado João Leite) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 41 Deputados, número suficiente para votação. A Presidência vai renovar a votação da indicação. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Zé Maia.

O Sr. Presidente – Votaram “sim” 39 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada a Indicação n^o 38/2012. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação n^o 39/2012, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Maria do Carmo Menicucci de Oliveira para Compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Zé Maia.

O Sr. Presidente – Votaram “sim” 40 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada a Indicação n^o 39/2012. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação n^o 41/2012, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Lázaro de Assis Pinto para Compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro -



Luzia Ferreira - Marques Abreu - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Zé Maia.

O Sr. Presidente – Votaram “sim” 41 Deputados. Houve 1 voto em branco. Está, portanto, aprovada a Indicação nº 41/2012. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação nº 42/2012, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. José Eustáquio Machado Coelho para Compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Zé Maia.

O Deputado Carlos Henrique - Sr. Presidente, solicito-lhe que registre meu voto.

O Sr. Presidente - Votaram “sim” 40 Deputados e houve 1 voto em branco, que, somados à presença do Deputado Carlos Henrique, perfazem o total de 42 parlamentares. Está, portanto, aprovada a Indicação nº 42/2012. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação nº 43/2012, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. José Francisco Soares para Compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, Deputado José Henrique; colegas Deputados, Deputadas. Sr. Presidente, antes de fazer meu encaminhamento favorável à aprovação do nome do Sr. José Francisco Soares para compor o Conselho Estadual de Educação.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Solicito mais uma vez a V. Exa. que possa responder, através da Mesa, a questão de ordem que fiz ontem, porque, enquanto eu ocupava a tribuna, o som da Assembleia Legislativa transmitia a recomposição de quórum. Até agora não recebi resposta à minha pergunta sobre o porquê de isso ter acontecido e de quem é a responsabilidade do fato. Quero saber se foi orientação da Mesa da Assembleia.

O Sr. Presidente - A Presidência esclarece ao Deputado que, quando há necessidade de chamada sonora dos Deputados para recomposição do quórum em Plenário, o som interno da Assembleia é acionado. O que aconteceu no decorrer do pronunciamento de V.Exa. foi isso. Não houve intenção de prejudicar V. Exa.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Deputado, a questão de ordem é exatamente essa, e V. Exa. não a respondeu. Não foi o sinal da TV Assembleia desta vez. Da outra vez, foi o sinal da TV Assembleia, e me disseram que foi intervenção dos raios solares. Agora, não foram os raios solares e não foi a TV Assembleia, foi o sistema de som da Casa. Enquanto eu falava, ao invés dos servidores da Casa escutarem o que este Deputado falava...

O Sr. Presidente - V. Exa. está encaminhando a votação ou fazendo questão de ordem?

O Deputado Rogério Correia - Estou encaminhando a votação, mas pedi a V. Exa. que respondesse a minha questão de ordem.

O Sr. Presidente - Apesar de V. Exa. ocupar a tribuna para fazer o encaminhamento de votação da indicação, a Presidência reitera que não houve, por parte da Mesa desta Casa, nenhum intuito de atrapalhar V. Exa. Quando há necessidade de se realizar a chamada dos Deputados, o circuito interno de som da Casa é utilizado para realização da chamada, mas o pronunciamento de V. Exa. continuou a ser transmitido pela TV Assembleia para todo o Estado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, vou retornar o meu protesto. Então, não farei mais questão de ordem, vou protestar neste meu encaminhamento. Estou fazendo encaminhamento em relação ao Sr. José Francisco Soares. Espero que minha fala não seja interrompida para fazer chamada dos Srs. Deputados pelo serviço de som da Assembleia, que deve ser usado para fazer a recomposição de quórum quando existe pedido para isso. A Mesa da Assembleia não pode decidir que a recomposição do quórum seja feita agora. Ao invés dos servidores ouvirem o que o Deputado estava falando naquele instante, foi decidido pela Mesa que fosse feita a recomposição do quórum. Essa resposta não foi dada. Depois, vou reiterar essa questão de ordem por escrito. A Mesa não pode optar, quando um Deputado está falando, por fazer a recomposição de quórum pelo serviço de som, interrompendo o Deputado. Isso está errado, Sr. Presidente. V. Exa. não respondeu à minha questão de ordem.

O Sr. Presidente - Deputado, solicito que faça seu encaminhamento de votação sobre a indicação do Sr. José Francisco Soares, para compor o Conselho Estadual de Educação.

O Deputado Rogério Correia - Solicito, então, a V. Exa. que conte meu tempo apenas a partir de agora, e começarei a fazer o meu encaminhamento. Depois farei...

O Sr. Presidente - A questão de ordem formulada por V.Exa. está sendo computada no prazo destinado ao encaminhamento da votação da indicação, conforme determina o Regimento Interno.



O Deputado Rogério Correia - V. Exa. está tendo com este Deputado um tratamento autoritário. Não respondeu a minha questão de ordem, a Mesa não se digna a respondê-la, e meu tempo ainda fica prejudicado mais uma vez.

O Sr. Presidente - Deputado, não há nenhum tratamento autoritário. O senhor sabe o respeito que temos por V. Exa. Não adianta querer tumultuar os trabalhos. Apenas estamos aqui para cumprir o Regimento Interno. O senhor pediu para encaminhar e o tempo da questão de ordem suscitada por V. Exa. está sendo computado no prazo de encaminhamento de votação.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, queria que V. Exa. reconsiderasse o tempo porque o que ocorreu foi grave e preciso fazer a discussão da indicação dos nomes.

O Sr. Presidente - Deputado, já que é para cumprir o Regimento Interno, o art. 163 diz que os apartes e as questões de ordem concedidos pelo orador e os incidentes por ele suscitados serão computados no prazo de que dispõe para o seu pronunciamento. Seu tempo está computado.

O Deputado Rogério Correia - Está bem, Presidente. Pediria que o senhor me concedesse, pelo menos, o tempo em que fui interrompido por V. Exa.

O Sr. Presidente - V. Exa. não está interpretando o Regimento Interno como deveria fazê-lo.

O Deputado Rogério Correia* - Presidente José Henrique, não vamos nos desentender por causa de 5 minutos.

Queria apenas encaminhar favoravelmente a indicação do nome do Sr. José Francisco Soares para compor o Conselho Estadual de Educação. Como temos votado favoravelmente ao Conselho, julgo que devemos também ter alguma expectativa em relação a ele. Disse ontem, e retomarei o assunto, que o Conselho Estadual de Educação poderia ter aqui, em Minas Gerais, em especial na rede estadual de ensino, o papel de conciliar as divergências existentes entre a Secretaria Estadual e o próprio governo em relação aos trabalhadores da educação, aos professores, aos especialistas, enfim, o conflito que ocorre desde o início deste governo, que permanece e foi aguçado depois do movimento grevista de 112 dias, ocorrido no ano passado. O governo, em vez de procurar superar as diferenças existentes, aguçou as contradições, e passou o Deputado Sávio Souza Cruz a fazer uma perseguição sem tréguas aos professores. A perseguição vai desde salários, inferiores aos reajustes nacionais, o que demonstrei ontem, e ocorrerá até o ano de 2015, quando o professor receberá cerca de um salário mínimo e meio contra os dois que hoje recebe. Se já é uma miséria, será mais miserável ainda em 2015. Isso foi comprovado por meio de carta enviada aos professores, dizendo-lhes qual a expectativa de reajuste existente até 2015. Portanto, a lei do piso nacional não está sendo obedecida. Além disso, no movimento pós-greve, houve corte de pontos, perseguição relacionada a férias-prêmio, até se chegar ao absurdo de a Secretaria Estadual de Educação, interpretando uma lei nacional, proibir os professores de alimentarem-se na escola com a mesma merenda dos alunos. Portanto, criou-se aqui o que o Deputado Sávio Souza Cruz apresentou como um programa de governo, que é o “magistério com fome”, que faz parte do projeto estruturante “Minas sem governo”. Existem outras variantes do referido projeto, tais como salário pequeno e outras. Mas o projeto anda à toda.

Depois disso, os professores foram perseguidos em salas multisseriadas, onde se amontoam alunos de diversas idades com distintos graus de compreensão em relação à aritmética, à matemática, ao cálculo, à língua portuguesa. Alguns ainda não foram alfabetizados, outros já estão estudando literatura; e assim vai o ensino de Minas Gerais mostrando os piores records.

O Conselho Estadual de Educação pode ser o local onde se faça esse debate, até para que não vejamos cenas como a que presenciamos, na semana passada, nesta Assembleia: os professores batendo os pratos para mostrar que estão com fome, que o salário é pequeno, que a Secretaria não os escuta e que não há diálogo entre o governo Anastasia e os professores mineiros. Esperamos do Sr. José Francisco e de todos os outros cujos nomes aprovamos para o Conselho Estadual de Educação que tratem desse assunto e não permitam que a Secretária continue com atos autoritários nem que o governo Anastasia persista perseguindo os professores no Estado de Minas Gerais.

A nossa votação da indicação ao Conselho tem o sentido de pacificar as escolas. Este ano os professores optaram por fazer paralisações e movimentos que demonstram sua insatisfação, mas sem greve - ainda bem -, porque ela é sempre prejudicial ao aluno. Mas é evidente que vão acabar partindo para isso. Você é Deputado, sindicalista e sabe que a greve é utilizada como último recurso. Os professores a utilizaram no ano passado. Este ano optaram por não fazê-la, até por consciência do que vem acontecendo no sistema educacional, mas podem realizar mais um movimento grevista no próximo ano, como última instância, o que vem sempre prejudicando o sistema educacional, porque as paralisações nenhum de nós quer, muito menos os professores.

Espero, Sr. Presidente, que o Conselho intervenha favoravelmente nessa questão. Pediria ainda a V. Exa. que tivesse uma compreensão maior com este Deputado e estudasse a questão do som, para que eles não façam chamada dos Srs. Deputados quando houver orador inscrito. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência solicitará à Mesa que estude a questão levantada por V. Exa. em relação à chamada dos parlamentares enquanto os Deputados estiverem fazendo pronunciamento e depois informará a V. Exa. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dilzon Melo - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Zé Maia.

O Deputado Pinduca Ferreira - Sr. Presidente, não consegui votar. Registro que meu voto é “sim”.

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram “sim” 38 Deputados. Houve 1 voto “em branco”, perfazendo o total de 39 votos. Está, portanto, aprovada a Indicação nº 43/2012. Oficie-se ao Governador do Estado.



Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento nº 339/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao Diretor-Geral do Deop-MG e ao Presidente da Codemig as notas taquigráficas da 3ª Reunião Ordinária dessa Comissão e pedido de informações, com cópias de documentos, sobre eventual doação ou transferência de imóveis por órgão público a moradores dos bairros e vilas onde haverá obras do Programa de Requalificação Urbana e Ambiental e Controle de Cheias do Córrego Ferrugem; e sobre os mapas da região da Cidade Industrial de Contagem datados de 1940 a 1945, inclusive das áreas próximas às ruas que menciona, situadas na Vila Itaú. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta. Em votação, o requerimento, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 339/2011 com a Emenda nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 606/2011, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Emater-MG pedido de informações sobre a execução da Ação 4.147 - Criação de Pequenos Animais - Piscicultura - em comunidades indígenas, com a discriminação das comunidades em que essa ação tem sido desenvolvida, bem como do percentual de execução física e financeira da ação nas referidas comunidades. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, esse requerimento é importante porque a Comissão de Participação Popular solicita à Emater pedido de informação sobre a execução da Ação 4.147 - Criação de Pequenos Animais - Piscicultura - em comunidades indígenas, com a discriminação das comunidades em que a ação tem sido desenvolvida, bem como do percentual da execução física e financeira da ação nas referidas comunidades.

Sr. Presidente, pedi a V. Exa. para encaminhar a votação favorável ao requerimento e, ao mesmo tempo, propor à Assembleia Legislativa a realização de um fórum técnico nesta Casa para que possamos discutir as questões referentes à agricultura familiar, à reforma agrária e, é claro, à piscicultura para pequenos produtores, pescadores, o conjunto da agricultura familiar e o conjunto da reforma agrária no Estado. Sr. Presidente, esse fórum, que poderia ajudar nesse requerimento que estamos votando, visa fortalecer, em Minas, as ações, tanto do governo federal quanto do governo estadual, no que diz respeito à agricultura familiar. As coisas não vão bem no Estado de Minas Gerais. Fui procurado pelo Presidente da Fetaemg, Vilson da Silva, que fez uma reunião com o Presidente da Assembleia em que mostrou a situação da agricultura familiar em Minas no que tange a alguns pontos. Vou citar alguns deles: em requerimento, solicitamos à Emater que desenvolvesse determinado programa para a agricultura familiar, no caso da piscicultura. E o Vilson nos relatou que temos um problema sério com assistência técnica em Minas. Nós não temos previsão, na Emater, para contratação de concursados. A Emater ganhou, no Estado de Minas Gerais, quase todas as licitações referentes à abertura feita pelo governo federal para a assistência técnica aos chamados territórios da cidadania. A Emater ganhou as licitações, mas não tem técnicos novos. Então, os técnicos da Emater estão sobrecarregados. Eles têm de olhar pontos de luz para todos, eles têm que olhar as DAPs e o Pronaf para os pequenos produtores. Geralmente são poucos técnicos para cuidar de 3 a 5 mil pequenos produtores.

O Deputado Luiz Henrique também conhece bem essa área e sabe desse dilema que existe em todo o Estado. Há uma carência enorme de técnicos na Emater. E agora a empresa ganhou a licitação para prestar, no território da cidadania, a assistência técnica direta ao pequeno produtor. Só que não há técnicos. Então, o mesmo técnico que faz o Pronaf, nos escritórios, faz de tudo: ele cobra o escanteio e tem de cabecear a bola para fazer o gol. Agora, ainda arrumaram mais uma tarefa para ele: driblar, no meio de tudo isso, o adversário. Então, evidentemente, ele não consegue, e o serviço de assistência técnica não está rendendo. Se não há serviço de assistência técnica de qualidade, fica prejudicado aquele que quer obter um financiamento. Se ele obtiver o financiamento do banco e não tiver assistência técnica, não paga ao banco, o financiamento vira dívida, e, em vez de uma solução, teremos um problema. Isso tem ocorrido em vários cantos do Estado de Minas Gerais.

O Pronaf tem avançado. Estou impressionado em ver quantos pequenos produtores usam o Pronaf. A burocracia diminuiu tanto no Banco do Nordeste quanto no Banco do Brasil. Os pequenos produtores estão indo ao banco, conseguindo crédito, mas depois há o problema referente à assistência técnica e à comercialização. O Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae -, esse mesmo em que a "Secretaria Estadual de Alimentação" não quer deixar os professores se alimentarem, é um programa maravilhoso e está nas escolas. O pequeno produtor precisa fazer a venda, mas precisa também ter condições para isso. E aí, novamente, a Emater não tem o pessoal necessário para orientar. Vivemos um dilema na agricultura familiar: há crédito suficiente, há uma demanda enorme para a agricultura familiar e há condições de avançar, pois o recurso do Pronaf para Minas Gerais é muito grande, chegando a quase R\$1.500.000.000,00 ao ano. No ano passado, houve R\$1.200.000.000,00 de recursos do Pronaf para Minas Gerais, que foram para os pequenos Municípios. É um recurso que, indo para o Município, alimenta a sua economia. Lá, o pequeno produtor comprará alimento, semente, cimento, enfim, alimentará o comércio e o serviço local. Esse dinheiro do Pronaf precisa ser bem aproveitado. Se o governo incentiva o Pronaf, se ele cria condições técnicas para que essa produção cresça, Minas Gerais avançará muito.

Infelizmente, Sr. Presidente, falo isso não como uma crítica do Líder de Oposição. Não, qualquer Deputado do governo sabe disso. V. Exa. pode perguntar ao Subsecretário da Agricultura Familiar, e ele dirá a mesma coisa: faltam condições para o agricultor e para a agricultura familiar avançarem. A Subsecretaria da Agricultura Familiar foi criada por lei delegada e tem um Subsecretário de confiança, que faz um belíssimo trabalho e merece todo o nosso elogio, mas faltam a ele condições reais para fazer com que a Subsecretaria avance. É uma subsecretaria dentro de uma Secretaria que ainda tem a visão da agricultura comercial, do chamado latifúndio, do agronegócio, da agricultura empresarial, da empresa agrícola, não tem a visão da agricultura familiar. O correto seria termos, em Minas Gerais, uma secretaria específica da agricultura familiar. Em vez de termos apenas a Secretaria de Regularização Fundiária, criaríamos uma secretaria da agricultura familiar dentro da qual teríamos a Emater, que trabalharia com as especificidades da agricultura familiar em todos esses programas. Temos que realizar um fórum para discutir a questão da agricultura familiar com



seriedade para possibilitar os seus avanços. Esses problemas não existem apenas nos programas no Estado. Temos problemas também com os programas do governo federal e com a sua implementação.

Citarei outra questão: o crédito fundiário, que é a obtenção de terras para pequenos produtores meeiros que querem trabalhar na terra. Há dinheiro sobrando no Banco do Brasil e no Banco do Nordeste para destinar terra para quem quer trabalhar em Minas Gerais. Mas é preciso evoluir, na Secretaria de Reordenamento Agrário, para que o crédito fundiário seja uma realidade em Minas Gerais. Hoje, poucas famílias conseguem isso. Demoram três ou quatro anos para conseguir terra. Na Bahia, o prazo máximo para conseguir é de seis meses. A realização dessa parceria tem avançado em outros Estados. Não me refiro à reforma agrária tradicional, mas a um potente instrumento para a divisão de terras no Brasil, por intermédio da compra pelo preço de mercado da terra que o produtor quer vender. Assim, o meeiro, o filho dele, adquirirão mais terras. O Pronaf é um programa maravilhoso. Em Minas Gerais, não há estrutura, não tem funcionamento, está paralisado. Em Minas, 200 famílias conseguiram terra. Há um banco de 1.500 pessoas esperando na fila. Se implementássemos isso, colocaríamos grande quantidade de recursos em Minas Gerais. A agricultura familiar, em Minas Gerais, representa mais ou menos 12% do PIB mineiro, que equivalem quase ao poder da indústria automobilística, mas é maltratado. É muito mais barato para o Estado, gera muito mais emprego e renda e evita o êxodo rural. Não há atenção à agricultura familiar por parte do governo. O governo não entende de agricultura familiar o suficiente para tocar esse projeto.

A proposta é realizarmos, na Assembleia Legislativa, um fórum técnico de agricultura familiar e reforma agrária, para vermos as debilidades do Incra, que são muitas. Tenho conversado com o Carlos Calazans, seu Superintendente, e sabemos que esse órgão está muito debilitado, falta pessoal. Ele só tem uma sede em Belo Horizonte e, para se dizer a verdade, não tem mapeamento regional que lhe capacite a dar assistência aos assentamentos de reforma agrária. Portanto, vivemos em Minas um grande gargalo da reforma agrária e da agricultura familiar. Há recursos disponibilizados, mas não os usamos porque não há planejamento.

Essa ação contribui com Minas Gerais, independentemente de o governo ser do PSDB, do Anastasia. Entretanto, há que existir boa vontade da parte do governo para ocorrer mudanças, e não vejo isso. Vejo boa vontade da parte do Subsecretário, mas ele fica isolado por uma política conservadora para o Estado na área da agricultura. Peço, então, a V. Exa. que encaminhe ao Presidente Dinis Pinheiro - já apresentei a ele - a ideia do fórum técnico, já aprovada na Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, com o Deputado Antônio Carlos Arantes, a fim de realizá-lo, pois isso depende da Mesa da Assembleia. Muito obrigado.

Encaminho favoravelmente à aprovação do requerimento.

O Sr. Presidente - Parabéns pela sua ideia. Com certeza, faremos o encaminhamento junto ao Presidente, a fim de estudar a realização desse fórum.

Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 606/2011 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 725/2011, da Comissão de Política Agropecuária, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde e à Diretoria-Geral do IMA pedido de informações sobre a ocorrência de problemas de saúde ou óbitos que tenham sido causados pelo consumo de queijo minas artesanal. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 747/2011, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre as obras de saneamento em Turmalina. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta. Em votação, o requerimento, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 747/2011 com a Emenda nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 748/2011, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre as obras de saneamento em Turmalina. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 768/2011, das Comissões de Educação e de Segurança Pública, em que solicitam sejam encaminhados ao Subchefe do Estado-Maior da PMMG pedido de informações sobre os dados constantes no Registro de Eventos de Defesa Social - Reds -, em especial sobre os incidentes de violência em ambiente escolar nos últimos três anos no Estado, por Município, e pedido de cópia dos documentos que estabelecem as diretrizes para a atuação da PMMG em casos de violência nos estabelecimentos de ensino. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, quero encaminhar favoravelmente à votação do Requerimento nº 768, porque solicita dados importantes ao Subchefe do Estado-Maior da Polícia Militar. Esse requerimento foi aprovado tanto pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia quanto pela Comissão de Segurança Pública e se refere aos Reds e aos incidentes e à violência no ambiente escolar nos últimos três anos.

Sr. Presidente, quero dizer também da nossa satisfação em apresentar requerimento à Comissão de Direitos Humanos, na próxima segunda-feira, para ouvirmos outras duas testemunhas em relação à máfia dos caça-níqueis em Juiz de Fora. Vamos apresentar um requerimento solicitando, Sr. Presidente, nos últimos três anos, todos os Reds que foram feitos pela Polícia Militar e também as ocorrências registradas pela Polícia Civil em relação à repressão à máfia dos caça-níqueis e bicheiros naquela cidade.

Deputado Rogério Correia e Deputado Bonifácio Mourão, gostaria que os Líderes que estão me ouvindo neste momento tivessem a seguinte informação: a casa, a boate, o prostíbulo, o puteiro de Juiz de Fora que tem como proprietário o contraventor Frederico Márcio Arbex, um dos alvos da CPI que protocolamos, Deputada Liza Prado, tem uma boate cuja razão social é Crise Bar e Restaurante Ltda., situada na Rua Zaquia Nami Mokdeci, 240, Bairro Aeroporto, Juiz de Fora. Pasmem com o que vou trazer de notícia para os senhores. Em outubro de 2011, essa boate, esse prostíbulo, esse puteiro foi interditado por dois dias pela Prefeitura Municipal. Sabe por que, Deputado Luiz Carlos Miranda, V. Exa. que acompanhou o depoimento? Porque o terreno é da Prefeitura. O



terreno onde funciona a boate do contraventor em Juiz de Fora, Deputado Marques, é da Prefeitura. Foi interditada por dois dias, mas a Secretária de Regulação Urbana recebeu uma ordem superior para que a boate voltasse a funcionar.

Deputado José Henrique, que preside essa reunião, todos os membros do partido de V. Exa. assinaram a CPI, inclusive o Deputado Bruno Siqueira, que é de Juiz de Fora, porque quer ver essa história passada a limpo. Mas a imprensa não vai se calar porque estamos recebendo várias ligações. Daqui a pouco darei uma entrevista ao “Jornal Alterosa”. Vou pedir que sejam fornecidos os registros de eventos da Defesa Social da Polícia Civil e da Polícia Militar dos últimos três anos. Pasmem: o prostíbulo conhecido hoje como boate Prime, em Juiz de Fora, está situado em um terreno da Prefeitura. Será que vamos ficar todos de braços cruzados? Será que os Deputados desta Casa não vão reagir? Será que não vão assinar conosco a CPI?

No “Estadão”, temos a seguinte matéria: “CPI do Cachoeira é aprovada no Congresso”. A Câmara obteve 340 assinaturas e o Senado, 67. Posso informar a V. Exa. que a grande liderança que temos no Senado, o Senador Pedro Taques, ex-Procurador da República, que foi um dos baluartes na coleta das assinaturas porque é um Senador sério e honrado, não quer ver esse rolo, essa substituição do dinheiro público com a corrupção. Agora, Deputado Luiz Carlos Miranda e Deputada Liza Prado, gostaria de chamar a atenção do nosso Líder, Deputado Bonifácio Mourão, para o fato de que, na Câmara, a comissão parlamentar contou com a adesão, segundo as lideranças, de Deputados do PT, com 78 assinaturas, do PMDB, com 46 assinaturas, e do PSDB, com 50 assinaturas. Aqui o PSDB não está querendo assinar a CPI. Esse depoimento do oficial da Polícia Militar que esteve aqui, no dia 28 de março, foi prestado no dia 13/10/2011. Será que eu estou equivocado, Presidente?

O Sr. Presidente - A Presidência gostaria de solicitar que V. Exa. volte ao requerimento que trata da questão da Reds por parte da segurança pública.

O Deputado Sargento Rodrigues - Presidente, estou fazendo um preâmbulo para falar da importância desse requerimento. Aliás, por diversas vezes, solicitei ao Deputado Rogério Correia que desobstruíssemos a pauta para a votação dos requerimentos. Estou apenas fazendo um preâmbulo antes de entrar no mérito da questão. Quando falo de Reds, quero saber quantos foram realizados em contraponto à máfia dos caça-níqueis. O Reds é o registro de evento de defesa social, feito pelas Polícias Civil e Militar.

No Requerimento nº 768/2011, estamos fazendo uma solicitação ao Subchefe do Estado Maior da Polícia Militar, o que obviamente deve ser estendido à Polícia Civil. É óbvio que esse assunto fala de segurança pública, e estamos dizendo que protocolizamos um requerimento para criação de uma CPI que diz respeito exatamente à segurança pública. O contraventor teve o disparate, a cara de pau de abordar o oficial da Polícia Militar e lhe perguntar de que estava precisando, porque, segundo ele, o oficial era a única pessoa que os ajudava. Presidente, isso aconteceu no momento em que o oficial estava registrando um evento de defesa social que tratava da repressão aos caça-níqueis em plena avenida da cidade de Juiz de Fora. Presidente, veja a importância da votação do Requerimento nº 768/2011. O nosso encaminhamento é favorável à votação dele.

Também não posso deixar de relatar a importância da CPI para combater a máfia dos caça-níqueis em Minas Gerais. Se lá, em Brasília, todos os partidos da Situação e da Oposição estão unidos numa única voz para instaurar a CPI, então por que aqui nós temos de ser diferentes, Deputado Marques Abreu? Existem policiais recebendo propina em Juiz de Fora, semanalmente, e, se alguém aqui, isto é, se algum Deputado da base do governo ou alguma das chefias de Polícia disser que a Corregedoria de Polícia tem isenção para apurar o fato, sozinha, é conversa fiada. Esse depoimento foi dado há seis meses, e o Maj. Prestes continua como Subcomandante. O Cap. Yoshio Luiz Yamaguchi continua sendo encarregado do próprio inquérito, sendo ele o denunciado. Se hoje se denuncia um Coronel da reserva, amanhã eles mandam fazer uma sindicância para apurar o assunto. É brincadeira.

Os Deputados desta Casa precisam sentir o calor e a gravidade dessas denúncias que estamos trazendo. Não é possível que os Deputados fiquem inertes. Não é possível que esta Casa não possa instaurar a CPI. É por isso, Presidente, que vejo a necessidade de aprovação desse requerimento. Aliás, não só esse, como também o próximo, o Requerimento nº 809/2011, que diz respeito à área da segurança pública. O nosso encaminhamento é o encaminhamento do Líder do PDT pela aprovação do requerimento. Existe ainda o requerimento de criação de uma CPI, e os Deputados da base do governo precisam ter um pouco mais de sensibilidade para aprová-lo. Digo isso, porque o PT o assinou, assim como o PCdoB, o PDT, o PRB e alguns outros Deputados da base do governo. Entretanto, precisamos da assinatura de todos os Deputados da Assembleia. Será que vamos comungar, compactuar com a corrupção no meio das Polícias Civil e Militar? Vamos defender a instalação dessa CPI. Há quase dez anos esta Casa não tem uma CPI, Presidente.

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 768/2011. Oficie-se.

Requerimento nº 809/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita o encaminhamento à Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude pedido de informações sobre a implantação de medidas socioeducativas em Municípios, em particular quanto à prestação de serviços à comunidade e à liberdade assistida. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, solicitei encaminhar esse requerimento que versa sobre questões relativas à segurança pública. É um requerimento da própria Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado à Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude - CAO-IJ - pedido de informações sobre a implantação de medidas socioeducativas em Municípios, em particular quanto à prestação de serviços à comunidade e à liberdade assistida. Encaminho favoravelmente a esse requerimento, mas peço a V. Exa. que, nesse assunto da segurança pública, eu possa abordar algo que o Deputado Sargento Rodrigues abordou no requerimento passado, assunto que julgo importante esclarecer à população, aos Deputados e às Deputadas, e que ainda não tive oportunidade de tratar.

Foi ou será instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito Mista no Congresso Nacional, que averiguará as questões do bicheiro Cachoeira com políticos e empreiteiras, enfim, com problemas de corrupção no País como um todo, que já tem sido apontado na imprensa brasileira como um problema real a se enfrentar. O Deputado Sargento Rodrigues solicitou a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito aqui, e a Bancada do PT assinou esse requerimento, todos os seus Deputados, assim como aconteceu em Brasília. Julgamos necessário passar isso a limpo e fazer uma investigação lá e aqui, ao estilo da que fizemos, como eu disse ontem,



com a comissão parlamentar que averiguou a questão do narcotráfico no Brasil, que existiu aqui também. Eu e o Deputado Sargento Rodrigues participamos desse processo, que ajudou a comissão formada em Brasília. E creio que o mesmo deve acontecer aqui em Minas Gerais, para ajudarmos a CPI nacional que virá. Portanto, espero que a Mesa da Assembleia e por ordem da Presidência, a partir da solicitação feita pelo Deputado Sargento Rodrigues, possa fazer as indicações. O PT imediatamente indicará um membro do partido para fazer parte desta CPI na Assembleia Legislativa, que ajudará a CPI nacional.

Mas eu não poderia deixar de fazer alguns comentários, Deputado Sargento Rodrigues, sobre a nota que o Presidente da Câmara Federal, o Deputado Marco Maia, apresentou publicamente sobre essa CPI, mais especificamente no que diz respeito à revista “Veja”, que tem feito o trabalho de não permitir que essa CPI seja realidade. A revista “Veja” teme a CPI porque muitos já a chamam de “CPI da Veja”. E o Deputado Marco Maia, Presidente da Câmara, disse, entre outras coisas, Deputado Sargento Rodrigues, o seguinte sobre essa CPI: (- Lê:): “Posso assegurar que haverá, sim, investigações sobre as graves denúncias de que o contraventor Carlinho Cachoeira abastecia jornalistas e veículos de imprensa com informações obtidas a partir de um esquema clandestino de 'arapongagem'. Vale lembrar que, há pouco tempo, um importante jornal inglês foi obrigado a fechar as portas por denúncias menos graves do que essas. Isso sem falar na defesa que a matéria da 'Veja' faz da cartilha fascista - a de que os fins justificam os meios -, ao defender o uso de meios espúrios para alcançar seus objetivos. Afinal, por que a revista 'Veja' é tão crítica em relação à instalação dessa CPMI? Por que a 'Veja' ataca essa CPMI? Por que a 'Veja', há duas semanas, não publicou uma linha sequer sobre as denúncias que envolviam até então somente o Senador Demóstenes Torres, quando todos - destaco todos - os demais veículos da imprensa buscavam desvendar as denúncias? Por que não investigar possíveis desvios de conduta da imprensa? Vai mal a 'Veja'! O que mais surpreende é o fato de que, em nenhum momento nas minhas declarações - de Presidente da Câmara Federal - durante a última semana, falei especificamente sobre a revista, apontei envolvidos ou mesmo emiti juízo de valor sobre o que é certo ou errado no comportamento da imprensa ou de qualquer envolvido no esquema. Ao contrário, apenas afirmei a necessidade de se investigar tudo que diz respeito a relações criminosas apontadas pelas Operações Monte Carlo e Vegas. Não é a primeira vez que a revista 'Veja' realiza matérias aparentemente jornalísticas, mas com cunho opinativo, exagerando nos adjetivos a mim, sem sequer, como manda qualquer manual de jornalismo, ouvir as partes, o que não aconteceu em relação à minha pessoa - confesso que não entendo o porquê -, demonstrando o emprego de métodos pouco jornalísticos, o que não colabora com a consolidação da democracia, que tanto depende do uso responsável da liberdade de imprensa.”

Quem assinou isso foi o Deputado Marco Maia, mas, quando li, disse que assinaria o mesmo, pois também fui vítima da revista “Veja”, da mesma forma, com matérias antijornalísticas e mentirosas, sem que se provasse absolutamente nada do que se disse em relação a este Deputado. Ela chegou a insinuar que eu falsifiquei documentos e apresentei listas inverídicas etc., etc., etc., como viram na revista “Veja”. A revista “Veja” se associa ao crime organizado e ao Carlinho Cachoeira para plantar notícias e desestabilizar o governo. Agiu dessa forma não com fontes bandidas, mas se associando ao banditismo. Se existem fontes bandidas, extrair delas algo que seja útil para a opinião pública, algo que deve ser revelado, é uma coisa; mas associar-se ao banditismo para desestabilizar pessoas, governos, parlamentares, políticos e seja lá quem for é outra coisa.

A revista “Veja” vai agora para o banco dos réus. Por isso, não quer essa CPI, pois terá de explicar como se serviu da arapongagem de bandidos contraventores, que chama de empresários dos jogos. Os bicheiros contraventores são chamados de empresários dos jogos pela revista “Veja”, que usa de “arapongagem” e banditismo para fazer matérias em que nada prova e ataca as pessoas. Assim fez a revista “Veja” em vários aspectos e capas e, hoje, está sendo colocada no banco dos réus a partir da instalação dessa CPI.

Gostaria de fazer constar da ata da nossa reunião a coragem do Deputado Marco Maia, Presidente da Câmara dos Deputados, que mostrou independência do Poder Legislativo e instalou agora uma CPI para investigar essas questões e colocar os pingos nos is dessas questões postas da liberdade de imprensa, que, para nós, é fundamental e precisa ser defendida. Mas até para que seja defendida, é preciso separar o joio do trigo. E isso será feito agora no Congresso Nacional. Espero que o caso da Inglaterra, com fatos muito menos graves, que levaram até ao fechamento de jornais que se associavam ao crime, sirva de exemplo para que a imprensa tenha, em seu conjunto, responsabilidade, e não a irresponsabilidade da revista “Veja”, que agiu apenas para desestabilizar o governo, usando métodos bandidos, chantagem de pagamentos de propinas e outros dispositivos.

Deputado Sargento Rodrigues, a sua CPI poderá também ajudar nisso, para verificar as relações de contravenções que existem aqui. Já sabemos que o Carlinho Cachoeira já andou por Araxá, Uberlândia e Belo Horizonte e que o Demóstenes Torres tem aqui até universidade, ao que tudo indica, para fazer lavagem de dinheiro. Isso deve ser investigado, pois esse também é o papel do Poder Legislativo.

Mais uma vez, enalteço o que disse o Presidente Marco Maia em relação à CPI. Reforço a ideia de que, durante esse processo, essa questão também tem de ser revista, e as relações perigosas e criminosas da revista “Veja” têm também de ser investigadas pela Câmara dos Deputados.

Deputado Sargento Rodrigues, parabênize-o e, é claro, votaremos favoravelmente ao requerimento. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 809/2011. Oficie-se.

Requerimento nº 1.312/2011, do Deputado Tadeu Martins Leite, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais pedido de informações sobre a localização da escada Finasa, adquirida através de convênio com a Sudene para equipar o 7º Batalhão do Corpo de Bombeiros de Montes Claros e de lá retirada para manutenção em 2008. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Tadeu Martins Leite.

O Deputado Tadeu Martins Leite* - Bom dia, Sr. Presidente, Deputado José Henrique, demais Deputados desta Casa e telespectadores da TV Assembleia. Gostaria de encaminhar esse requerimento de minha autoria, caro Presidente, porque, na verdade, creio que se trata de uma história até mal contada, que se arrasta há mais de cinco anos.

Para quem não sabe, Montes Claros recebeu essa escada Finasa, de 36m de altura para o 7º Batalhão do Corpo de Bombeiros daquela cidade, na época adquirida por meio de convênio com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene. Ela



permaneceu em Montes Claros até 2008, quando foi retirada de lá sob a alegação de que passaria por manutenção em Belo Horizonte e que depois retornaria. Pois bem, já estamos em 2012 e essa escada, esse equipamento do Corpo de Bombeiros, até hoje não apareceu novamente em Montes Claros. Há aí dois problemas. O primeiro é que esse equipamento seria de extrema importância para Montes Claros, que, hoje, graças a Deus, está em pleno desenvolvimento, com suas edificações e com a instalação de indústrias. O segundo, para mim o mais grave, é que essa escada foi comprada por meio de convênio com a Sudene e não poderia ter saído de lá. No mínimo, Deputado Antônio Júlio, ela tinha de ficar nessa região da Sudene. Mas foi tirada de lá e fui informado que ela está em Uberlândia. Temos de saber, de fato, do Corpo de Bombeiros, do Comando-Geral por que essa escada, que foi adquirida por meio de convênio com a Sudene, saiu de Montes Claros e até hoje não voltou. Na época, alegaram que Montes Claros seria contemplada com um equipamento ainda mais moderno que aquela escada Finasa, de 36m de altura. Disseram que iriam mandar para Montes Claros uma escada de 50 metros. Alguns podem achar que isso é simples, mas, hoje, Montes Claros está passando por um processo de desenvolvimento e o 7º Batalhão do Corpo de Bombeiros não está equipado para salvar vidas quando for necessário. Deus nos livre e guarde, mas se um edifício ou uma indústria pega fogo, acontecerá uma tragédia. Agora, o mais grave é a situação do convênio. Essa escada não poderia ter saído de Montes Claros.

Venho aqui hoje, por meio desse requerimento, pedir explicações ao nosso Corpo de Bombeiros e ao Comando-Geral para saber que fim levou essa escada. Onde está essa bendita escada? Estou tentando salvar vidas em Montes Claros e impedir que, caso ocorra uma tragédia lá, não tenhamos equipamento suficiente e necessário para resolver o problema e salvar vidas. Quero que o Corpo de Bombeiros nos dê uma explicação. Volto a dizer que estamos com essa discussão e com essa dúvida na cabeça há mais de cinco anos. Por diversas vezes, já pedimos explicações. A última notícia que tive é que essa escada, comprada com recursos da Sudene, está no Município de Uberlândia.

Meus amigos, acredito que hoje, em Montes Claros, que já é considerada polo industrial – brevemente, teremos a Alpargatas e Case New Holland e outras indústrias -, o Corpo de Bombeiros tem de estar equipado, e essa escada, comprada com recursos da Sudene, deve estar no Município de Montes Claros.

Caro Presidente, voltando à minha explanação em defesa desse requerimento, acredito que Montes Claros está passando por um bom momento, por um belo momento. A cidade está em desenvolvimento; a população, crescendo; indústrias sendo instaladas ali. Falei sobre a Alpargatas e sobre a Case New Holland. O governo do Estado, em parceria com a Prefeitura de Montes Claros, está realizando esse trabalho, obviamente desenvolvendo o Município, e conseqüentemente o Norte de Minas como um todo.

Espero que, após esse requerimento, essa luta, essa discussão, essa dúvida que tem pairado nas cabeças dos montes-clarenses, dos norte-mineiros por mais de cinco anos, sejam resolvidas imediatamente; que essa escada volte para Montes Claros ou que o comando do Corpo de Bombeiros envie para lá um equipamento mais eficiente, mais moderno. Independentemente desse equipamento mais moderno, necessitamos saber onde está essa bendita escada de 36m de altura, adquirida com recursos da Sudene, que sumiu de Montes Claros e nunca mais foi vista. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, o nosso encaminhamento inicial era sobre o Requerimento nº 1.312, mas como o final 12 é sempre um bom número, trouxe aqui o jornal “Hoje em Dia”, que publicou uma matéria de página inteira com a fotografia da Prime, que é o prostíbulo do Sr. Frederico Márcio Arbex, grande contraventor de Juiz de Fora, que vem corrompendo oficiais, praças, Delegados, Investigadores da Polícia Civil e o Juiz Murilo de Sá, punido pelo CNJ, conforme matéria do “Hoje em Dia”. Esse contraventor é muito influente, porque essa boate, ou melhor, esse prostíbulo está funcionando em um terreno da Prefeitura. Pasmem, senhoras e senhores. Será que os Deputados desta Casa não acordaram ainda para o fato de que essa CPI tem de ser aberta urgentemente? Espero que hoje à tarde eu possa despachar com o Presidente da Assembleia, porque, embora o governo tenha pedido a alguns Deputados que retirassem suas assinaturas, vários parlamentares afirmaram que não vão fazer isso. Fizemos as contas. Das 40 assinaturas colhidas, no mínimo 30 vão permanecer. O Regimento Interno, em seu art. 112, estabelece que são necessárias as assinaturas de um terço dos Deputados, ou seja, de 26 parlamentares.

Não é possível que a Assembleia de Minas, vendo os tentáculos do jogo do bicho e da máfia dos caça-níqueis em nosso Estado, vai deixar isso correr frouxo. Se a Polícia Militar quisesse apurar com isenção total o depoimento prestado há seis meses, teria tomado providências, porque o Major, o Tenente-Coronel, o Capitão, os Sargentos, o Delegado e o Investigador continuam trabalhando como se nada estivesse acontecendo. Nada. Pergunto: em Brasília, o PSDB coloca 50 assinaturas, 50. O PSB, 25, o DEM, 27, o PPS, 10, o PV, 6, o PDT, 23, o PSD, 24 assinaturas, enquanto na Assembleia vemos Deputados dos mesmos partidos evitando assinar a CPI.

Presidente, encerro minhas palavras porque, adianto a V. Exa., este Deputado estará aqui à tarde, à noite, de madrugada, quinta, sexta e, se preciso, sábado e domingo, mas não abriremos mão da nossa ideia. A Assembleia tem de mostrar que é independente. Quando o Deputado Dinis Pinheiro era candidato à Presidência desta Casa, disse que votaria nele, mas que, quando apresentasse um requerimento pedindo uma CPI, solicitaria a ele que deixasse o Poder Legislativo ser Poder, que o deixasse exercer suas funções. Está na hora de o Presidente despachar o requerimento, Deputado Antônio Júlio, porque as denúncias são muito graves. São policiais civis e militares recebendo propina de contravenção em Juiz de Fora. A boate, o prostíbulo funciona no terreno da Prefeitura. Nós estamos esperando o que para essa CPI funcionar? Faço um apelo a todos os Deputados da base do governo para que cerrem fileira e assinem. Não podemos deixar a corrupção campear solta pelo nosso Estado e a Assembleia deixar de demonstrar o que realmente é necessário: coragem, firmeza e apuração rigorosa para que os culpados sejam punidos na forma da lei. Deputado Antônio Júlio, isso é o que espero desta Casa. É preciso firmeza para apurar numa CPI. Dessa forma, não teremos problemas em relação ao segundo degrau do inquérito, aonde o Delegado não consegue ir. Pasmem, o prostíbulo do maior contraventor de Juiz de Fora funciona no terreno da Prefeitura, pago pelo contribuinte. E esse moço envolvido em corrupção para todos os lados. Muito obrigado, Presidente.

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 1.312/2011. Oficie-se.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Questões de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, não tive oportunidade de fazer um aparte ao Deputado Tadeuzinho, mas precisava me manifestar. Nós estamos levantando essa questão de governo, estamos fingindo que está tudo bem com o governo, que não temos problemas em Minas Gerais e que realmente estamos acima de tudo, que as coisas estão funcionando normalmente. O Deputado Tadeu faz essa denúncia, considero-a grave porque o governo do Estado e o Corpo de Bombeiros fizeram um convênio com a Sudene para comprar equipamento para ser utilizado na área da Sudene e este foi desviado para o Triângulo Mineiro. Essa é uma situação que precisa ser mais bem-avaliada, pois o governo deve explicar, o Corpo de Bombeiros deve explicar. Se fosse um Prefeito que, ao fazer um convênio com qualquer Secretaria, com objeto definido, desviasse o recurso, poderia até ser impedido de disputar eleições, porque a lei para os Prefeitos é muito mais dura. Porém, também devem existir regras para o governo do Estado. Se falamos de área da Sudene, com certeza estamos tratando de recursos do governo federal destinados a compra de equipamentos. Sr. Presidente, hoje apresento requerimento para que a Assembleia faça um debate sobre a desintegração das polícias e do sistema de segurança de Minas Gerais. Está na hora de fazermos essa discussão. Já fizemos várias outras, como o plano de segurança pública, e agora vamos fazer o inverso: a desintegração. A segurança pública em nosso Estado é um problema muito grave. Começa com o sistema penitenciário, que nos últimos anos passou por um momento interessante, mas há cerca de oito meses entrou em desespero, com rebelião de mulheres, o governo tentando abafar - abafa daqui, abafa dali -, fugas em Ribeirão das Neves. A situação está tomando determinado rumo, e precisamos tomar providências. A Polícia Civil está acabando no interior do Estado. Se for acabar, que o governo envie um projeto a esta Casa - nem sei se pode - para acabar com a Polícia Civil, para encontrarmos outro mecanismo que dê segurança à população. No Norte de Minas, havia 13 Delegados, mas hoje há apenas 2 para dar plantão e fazer todo o atendimento. São seis delegacias especializadas. A coisa está tomando certo rumo, e estamos fingindo que isso não está acontecendo. Dizem que não podemos falar do governo, que fez um “choque de gestação”. Mas o “choque de gestação” continua parindo um monte de problemas. O “choque de gestação” ou de gestão, para ser mais claro, serviu para fazer “marketing” político do governo, o déficit zero. Mas agora há uma dívida de R\$70.000.000,00 e R\$400.000.000,00 de pagamento de juros por mês. Isso tem de ser discutido, e a Assembleia o tem feito com muita competência. Quero registrar que chegamos ontem de Rio Branco, Capital do Acre, onde estava o Presidente, e fizemos essa discussão. Havia 18 Estados lá representados, que também, por meio das suas assembleias, estão preocupados com essa situação. Percebo que o Senado e a Câmara estão omissos, até porque nenhum dos nossos representantes no Senado têm moral para fazer essa discussão. O Aécio não pode discutir, porque vendeu o déficit zero ao Senado, afirmou que, em Minas, não havia problemas, que tudo estava resolvido. Como ele então vai discutir dívida? E, infelizmente, os outros dois ainda não se assentaram para ver como as coisas ocorrem no Senado, o Perrella e o Clésio Andrade, que é do nosso partido, o PMDB. Vejam em que situação nos encontramos! As assembleias estão fazendo o seu papel, mas não temos o poder de decisão. O poder de decisão está em Brasília. Temos o poder político de levantar a questão, de mostrar à Presidente Dilma a agiotagem irresponsável do Banco Central e do governo federal em cima dos Estados, que passou dos limites. Precisamos rever essa situação. Estou finalizando minha fala, mas gostaria de terminar de apresentar o exemplo. Não podemos aceitar as propostas vindas do Ministério da Fazenda, do Banco Central e da Presidência. É enganação. As propostas foram apresentadas sem se fazer uma análise mais aprofundada do assunto. Não vão resolver o problema. Vão fingir que aceitaram a negociação, que estão dando aceno positivo, mas, na verdade, não vamos resolver o problema do Estado, que é sério, grave. Se não o resolvermos nos próximos seis meses, Minas Gerais vai entrar em processo de falência. Mas hoje existe a falência judicial, que é programada, mas é preciso programar o pagamento da dívida também. Era o que queríamos dizer. Aproveitando o requerimento do Deputado Tadeu, vamos fazer um debate público na Assembleia sobre a desintegração do sistema de segurança pública em Minas Gerais.

O Deputado Antônio Genaro - Quero apenas dizer ao Deputado Antônio Júlio que concordo com V. Exa. “*ipsis verbis*”.

O Deputado Duarte Bechir - Acompanhei atentamente a fala do Deputado Antônio Júlio. Ela é cercada de alguns pontos, com os quais concordamos. Quero trazer ao conhecimento dos nossos nobres pares e aos telespectadores da TV Assembleia uma reportagem importante. O jornal “O Globo” de hoje, 18 de abril, traz a coluna “Não nos Enganemos”, do Senador Aécio Neves, que diz o seguinte: (-Lê:) “O ensaio tardio do governo federal de abrir negociações com os Estados brasileiros sobre as dívidas impagáveis com a União ocorre no momento em que novos diagnósticos confirmam o desmonte da Federação”. O Deputado Antônio Júlio fala do desmonte da segurança pública e da Federação. “Estudo recente da Firjan denuncia o dramático enfraquecimento dos nossos Municípios, 83% deles simplesmente não conseguem se sustentar. O Fundo de Participação dos Municípios sofre os efeitos da recorrente política federal de concentrar incentivos fiscais em impostos compartilhados com os Municípios, sem compensá-los pelas perdas. A outra face do problema é a relação leonina da União com os Estados. Atenho-me a ela e a uso como espelho para os demais. Vemos o exemplo de Minas Gerais, que, em 1998, tinha uma dívida com o Tesouro Nacional de R\$14.800.000.000,00. De lá para cá, nenhuma outra dívida foi contraída com a União. Do Estado, já tendo pago religiosamente R\$21.500.000.000,00, quase o dobro do que devia, ainda lhe é cobrado R\$58.500.000.000,00. Já pagamos R\$22.000.000.000,00, mas Minas deve ainda R\$58.000.000.000,00. Sob pressão, sem cumprir o necessário diálogo prévio com os Governadores, o Planalto propôs mudar o índice de correção atual, o IGP-DI, para a taxa Celic, que sempre oscila ao sabor da política monetária. A sugestão ignora os esforços do próprio Tesouro para retirar do mercado os títulos vinculados a ela. Não é preciso ser financista para perceber a armadilha. Os Estados passariam a dever pela taxa que o próprio governo evita. Ele não quer a taxa que ela quer colocar para os Estados. Os Secretários da Fazenda têm trabalhado a substituição do IGP-DI pelo IPCA. A proposta do Senador, em tramitação no Senado, defende que prevaleça o índice de correção que, no período de apuração, oferecia menor ônus aos Estados, ou o IGP-DI ou o IPCA, aquilo que seria mais conveniente para os Estados. Não pode ser ideal da União usurpar os recursos dos Estados. É consensual que não basta limitar as dívidas do Estado



com a União a mudanças de correção, embora seja essa a parte da solução. É imperativa a redução da taxa de juros? Estamos propondo 2% ao ano. Atualmente, ela varia de 6% a 7,5%. Além disso, é necessário um ajuste de comprometimento da Receita Líquida Real, RLR, dos Estados, com o pagamento de encargos, que chegam a consumir 15% da receita em alguns deles. Defendemos que o limite não ultrapasse 9%. Hoje, está em quase 15%. Um novo patamar máximo de comprometimento da RLR pode ser discutido, por exemplo, sob a perspectiva de que a diferença a ser negociada seja revertida em investimentos em áreas previamente pactuadas". Isso é o que o Deputado Antônio Júlio sugere. Vamos investir na saúde, na segurança, na educação e que isso possa ser deduzido do valor que os Estados devem para a União. "Não nos enganemos", finaliza o Senador Aécio Neves. "A dívida dos Estados está sendo paga pelos brasileiros, no nosso caso, com o suor dos mineiros, que, além de arcarem com uma enorme carga tributária, continuam sem receber os investimentos e serviços a que temos direito". Essa matéria foi veiculada no referido jornal, que trago ao conhecimento desta Casa, e é de autoria do Senador Aécio Neves. O pagamento da dívida dos Estados tem de continuar sendo levado a sério. Demos o chute inicial, e já estão surgindo encaminhamentos, fruto do nosso trabalho, que não pode parar. A sangria tem de ser estancada. Minas e os Estados brasileiros precisam continuar oferecendo ao seu povo melhores condições de saúde, segurança, educação, mas nunca fazer ao governo federal o pagamento de juros exorbitantes, como ocorre hoje com os Estados brasileiros. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/4/2012

Às 10h4min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Bosco, Duarte Bechir e Sebastião Costa (substituindo o Deputado Neilando Pimenta, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, em que agradece o convite para participar do debate público desta comissão em 9/4/2012; do Sr. Vasco de Oliveira Araújo, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte, em que agradece o convite para o referido debate e parabeniza esta Casa por sua realização; e do Sr. Léo Burguês, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, em que agradece o convite para o referido debate público e justifica sua ausência a esse evento. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.551/2011 na forma do Substitutivo nº 1, 2.785/2012 com a Emenda nº 1, 2.857, 2.903, 2.906 e 2.939/2012, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.853, 2.854 e 2.895/2012. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 706 e 973/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Sebastião Costa, Duarte Bechir e Bosco em que solicitam seja inserida nos anais desta Casa a reportagem publicada no "Minas Gerais" de 17/4/2012 sob o título "De Azurita para o mundo... da ciência"; Duarte Bechir em que solicita seja formulado voto de congratulações com os alunos da Escola Estadual Manuel Antônio de Sousa, situada no Distrito de Azurita, no Município do Mateus Leme, por representarem o Estado na Internacional Science and Engineering Fair; Bosco (2) em que solicita sejam debatidos a computação em nuvens, seus limites e desafios legais e a "consumerização" da tecnologia da informação; e seja realizada reunião de audiência pública, no Município de Lavras, para debater os desafios na qualificação dos estudantes para o ingresso no ensino superior. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2012.

Duarte Bechir, Presidente – Glaycon Franco – Carlin Moura.



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA O ENFRENTAMENTO DO CRACK, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 24/4/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão sobre a promoção à saúde e a prevenção ao uso do "crack".

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 23/4/2012, destinada a homenagear a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais – pelo transcurso de seus 80 anos de fundação.

Palácio da Inconfidência, 20 de abril de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Celinho do Sinttrocel, Anselmo José Domingos, Célio Moreira e Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/4/2012, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2012.

Adalclever Lopes, Presidente.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

- A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:
- de congratulações com a TV Alterosa pelos 50 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.693/2012, do Deputado Délio Malheiros);
 - de congratulações com o Sindicato dos Empregados nas Empresas de Transporte de Valores do Estado de Minas Gerais pela posse de sua nova diretoria (Requerimento nº 2.701/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel);
 - de congratulações com a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais pelos 40 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.751/2012, do Deputado Délio Malheiros);
 - de congratulações com a comunidade de Itanhandu pelo fato de esse Município ter sido agraciado com o Prêmio Brasil Sorridente, concedido pelo Conselho Federal de Odontologia por ter-se destacado na implantação das políticas de saúde bucal (Requerimento nº 2.757/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
 - de aplauso ao "Jornal das Estâncias", de Caxambu, pelos 30 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.759/2012, da Deputada Liza Prado);
 - de aplauso ao Cel. PM Márcio Martins Sant'Ana, Comandante-Geral da PMMG, pelo brilhante desempenho do Programa Estadual de Resistência às Drogas, que atende com eficiência os propósitos de prevenção do uso de entorpecentes pelos alunos da rede pública e privada de ensino (Requerimento nº 2.763/2012, da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação dos Nomes da Sra. Anali de Rezende e outros para Comporem o Conselho Estadual de Educação);
 - de congratulações com a 4ª Brigada de Infantaria Motorizada, de Juiz de Fora, pelos importantes serviços prestados durante o processo de pacificação dos Complexos da Penha e do Alemão, no Rio de Janeiro, no período de outubro de 2011 a fevereiro de 2012 (Requerimento nº 2.796/2012, do Deputado Rômulo Viegas);
 - de aplauso à Associação de Cegos Louis Braille pelos 79 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.827/2012, do Deputado Doutor Viana);
 - de aplauso à Unifal-MG pelos 98 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.828/2012, do Deputado Doutor Viana);
 - de aplauso aos policiais, que menciona, lotados na 15ª Companhia PM ESP/49 BPM por sua atuação na operação que culminou na apreensão de 20 mil pedras de "crack" e 9 quilos da droga em tabletes nesta Capital (Requerimento nº 2.847/2012, da Comissão de Segurança Pública);
 - de aplauso aos policiais civis que menciona, que tiveram atuação direta na apuração do homicídio do Sr. Lucas Pereira, no Município de Bonfinópolis de Minas, o que possibilitou a decretação da prisão cautelar dos homicidas (Requerimento nº 2.848/2012, da Comissão de Segurança Pública);
 - de aplauso ao Sr. Leonardo Mattos, Vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte, pela aprovação no Senado Federal, em 3/4/2012, do Projeto de Lei Complementar nº 40/2011, que concede aposentadoria especial para pessoas com deficiência, apresentado pelo parlamentar em seu mandato como Deputado Federal (Requerimento nº 2.881/2012, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência);



de aplauso à Sra. Andreia Zito, Deputada Federal, pela iniciativa de apresentação da Proposta de Emenda à Constituição nº 270/2008, que garante ao servidor que se aposentar por invalidez permanente o direito aos proventos integrais com paridade (Requerimento nº 2.883/2012, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência);

de aplauso ao Sr. Hebert José Almeida Carneiro, Desembargador, pela assunção à Presidência do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça (Requerimento nº 2.903/2012, da Comissão de Segurança Pública).



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 17/4/2012

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, estamos fazendo uso da tribuna nesta tarde particularmente por duas questões. Primeiro, para tratar do tema da conferência internacional Rio+20, associado a outro tema que temos trabalhado durante nosso mandato nesta Casa, talvez o principal tema do nosso trabalho, que diz respeito às tecnologias sociais. E também a aderência do que abordaremos aqui à proposta da atuação estratégica da Assembleia no que diz respeito ao combate à pobreza e à miséria no Estado de Minas Gerais. Somando os esforços do governo federal e do governo do Estado, poderemos atingir essa grande meta apresentada para o conjunto da população brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, queremos dizer, primeiro, que o nosso projeto de lei das tecnologias sociais, que propõe uma política estadual de tecnologias sociais para Minas, já está com parecer em todas as comissões, apto, assim, a vir a Plenário. Creio que precisaríamos, então, esclarecer tal proposta, porque o conceito de tecnologias sociais é um conceito que vem ganhando reconhecimento, credibilidade e se afirmando no campo das políticas públicas. O governo federal, de maneira particular, vem adotando esse conceito de tecnologias sociais e orientando parcela significativa dos seus esforços na área social para privilegiar intervenções, abordagens para fortalecer o desenvolvimento comunitário e soluções para pequenas comunidades no interior do Brasil utilizando as tecnologias sociais. Como exemplo, cito aqui uma tecnologia social já bastante conhecida de todos: as cisternas de placas para armazenamento de água de chuva. Tal tecnologia vem sendo disseminada há muitos anos pela Articulação no Semi-Árido - ASA -, numa rede que congrega mais de 700 organizações de cunho popular, comunitário, social e pastoral em todo o semiárido brasileiro e que teve como grande bandeira - ainda por ser alcançada, mas já com números bastante significativos - o que diz respeito ao programa Um Milhão de Cisternas. E agora, no programa Água para Todos, uma das ações priorizadas é exatamente a tecnologia social difundida pela ASA em todo o Nordeste brasileiro.

Esperamos que essa discussão de fato subsidiada pelas tecnologias sociais para o combate à pobreza, para superar a pobreza alcance a conferência Rio+20. Portanto, o que propomos, o que estamos articulando junto à Presidência da Casa é um fórum técnico que acolha essa discussão das tecnologias sociais, que são soluções simples, baratas, soluções que promovem o intercâmbio do conhecimento tradicional popular com o conhecimento acadêmico, científico; que podem ser apropriadas pelas comunidades, pelas lideranças, de forma a se emanciparem daquela assistência técnica convencional, tradicional, e que são soluções para os diversos problemas sociais das pequenas comunidades brasileiras, como energia, água, saúde, educação, moradia. Portanto, são soluções que vão nessa direção.

Gostaríamos de deixar aqui o convite aos nobres colegas para nos ajudar na organização desse fórum técnico e tirarmos aqui proposições assentadas em propostas que já passaram pelas comissões da Assembleia, para que tenhamos, efetivamente, uma participação qualificada da Assembleia Legislativa de Minas Gerais nessa grande conferência internacional Rio+20, que vai tratar das questões ambientais de todo o planeta.

O segundo ponto que queria tratar, Sr. Presidente, diz respeito à dívida, só que não exatamente à dívida do Estado, que é um ponto polêmico que está absorvendo os debates na Assembleia nos últimos dias. Queria falar da dívida do Estado, mas com a minha cidade de Paracatu. Desde o início do nosso mandato na legislatura passada, temos feito gestão tentando sensibilizar os vários órgãos do governo do Estado que têm relação com essa questão para a necessidade premente de se instalar uma unidade do Corpo de Bombeiros na nossa querida Paracatu. Já tínhamos razões para isso, em função do histórico da cidade, da sua população, da distância de mais de 100km da unidade do Corpo de Bombeiros instalada na região, em Unai. Então, recentemente, no final do ano passado, Paracatu foi elevada à categoria de monumento nacional, em função do patrimônio histórico e arquitetônico do barroco, singelo, mas muito bonito, da minha cidade. Ontem estivemos com o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, Cel. Sílvio Antônio de Oliveira Melo, mais uma vez, para argumentar e apresentar a necessidade de Paracatu, que, além da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, tem também a necessidade de viabilizar voos domésticos no aeroporto local. Uma demanda concreta, represada há muito tempo, que está no aguardo dessa solução. Portanto, a dívida do Estado de Minas Gerais com a nossa querida Paracatu continua em aberto, e esperamos que o governo esteja, a esta altura, sensibilizado o suficiente para atender a essa demanda justa, legítima e absolutamente fundamental para atender a nossa comunidade de Paracatu.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - Deputado Almir Paraca, parabênizo V. Exa. pelo pronunciamento. Realmente o Deputado Almir Paraca é um lutador em defesa de Minas Gerais, em defesa da sua região de Paracatu, um amante das artes, da cultura, e defensor também do meio ambiente. Parabênizo V. Exa. porque realmente o acesso à água potável é um direito humano e um serviço essencial. Então, realmente a nossa luta em defesa principalmente do acesso à água potável e à energia elétrica, com modicidade tarifária, já é antiga. Estivemos, no último dia 3, em mais uma audiência pública na Aneel em Brasília, discutindo o reajuste anual da Cemig, que solicitou o aumento de 5,48% e acabou ficando em 3,85%. Conseguimos ganhar uma representação, tanto minha como do Deputado Weliton Prado, pois a Cemig queria cobrar o retroativo referente a PIS e Cofins desde 2004. Queria onerar ainda mais a



nossa conta, que é uma das mais caras do mundo, a mais cara do Brasil. É uma luta permanente nossa para que seja reduzida a tarifa de energia elétrica, tão cara, o imposto mais caro do Brasil, também de Minas Gerais, e a Copasa vai na mesma direção. O povo de Minas Gerais sabe como é sofrido e sacrificado em relação à tarifa de água da Copasa.

Gostaria de aproveitar a oportunidade, Deputado Almir Paraca, e convidar V. Exa. e todos para uma audiência pública que realizaremos na próxima quinta-feira. Daremos início a um ciclo de debates, em todas as regiões do Estado de Minas Gerais, para discutir o ensino de música nas escolas. Vamos debater a implementação da Lei nº 11.769, de 2008. Inclusive fui autor do projeto que dispõe sobre a educação para as artes, quando Deputado Federal, o qual originou a Lei nº 11.769. Então, o conteúdo de música passa a ser obrigatório em toda a rede de educação básica do País. Quando aprovamos a lei, colocamos três anos para que os Estados pudessem se preparar para implementar a lei.

Infelizmente, Minas Gerais não se preparou. Já se passaram três anos, e o prazo venceu em agosto de 2011. Vamos percorrer o Estado, aliás, já realizamos um debate público nesta Casa, e queremos discutir com o Estado de que maneira está se preparando para implementar o ensino de música na escola. Isso melhorará muito a qualidade do nosso processo de ensino, pois será trabalhada a sociabilidade, a concentração dos alunos e a inteligência. É ensinar Física, Química, Matemática por meio da Música, ou seja, utilizá-la como ferramenta pedagógica, pois ela tem um poder muito grande de ajudar na melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Esse debate será feito em Paracatu. Quero convidar V. Exa., que realiza um trabalho muito forte em defesa da cultura e dos grupos culturais, de incentivo e apoio aos grupos culturais e aos nossos artistas naquela região. Será uma grande honra contar com a parceria e o apoio de V. Exa. nessa discussão. O debate ocorrerá na próxima quinta-feira, na Câmara Municipal, a partir das 9 horas. Promoveremos essa discussão em todo o Estado e queremos que o governo cumpra a lei. Da mesma forma, temos realizado um debate intenso sobre o piso salarial nacional da educação. Minas Gerais é um Estado que não cumpre nada do que diz a lei federal em relação ao piso da educação. Infelizmente, os nossos professores tiveram de acatar a imposição do Estado com lei que foi votada pela Assembleia, que obrigou o pagamento do subsídio, que não respeita a lei do piso salarial. Não abandonaremos essa discussão e estamos debatendo esse assunto em todas as cidades com professores e educadores que têm o direito de ter o seu piso salarial implementado em Minas Gerais. Isso vale para todos os Estados e todos os governos, seja do PT, seja do PSDB, seja do DEM, não importa, pois é uma lei federal da qual não abriremos mão.

Da mesma forma, a lei do ensino de música na escola que é também uma proposição que contribui para melhorar o processo de ensino e aprendizagem em nosso país. Queremos que essa lei também seja cumprida no Estado. Portanto, convido todos, e principalmente V. Exa., para participar da nossa discussão em Paracatu. Obrigado.

O Deputado Almir Paraca* – Agradecemos ao Deputado Elismar Prado o convite. Deputado, já planejamos participar da audiência pública em Paracatu, pois acreditamos que o tema é absolutamente propício e oportuno. Colaboraremos para que esse debate alcance toda a região Noroeste e fortaleça os instrumentos para viabilizarmos essa legislação do ensino de música nas escolas, que entendemos absolutamente necessária para melhorar a qualidade da educação no Estado de Minas e no Brasil.

O Deputado Ulysses Gomes (em aparte)* – Deputado Almir Paraca, queria parabenizá-lo. Considero importante esse tema que V. Exa. nos trouxe. Estamos passando por esse problema em todo o País. A Assembleia tem levantado a questão da dívida. A nossa bancada tem deixado muito clara a nossa posição, ou seja, de posicionarmos-nos a favor dessa negociação. Agora é fundamental levantar os problemas que há no Estado.

V. Exa. nos trouxe aqui a dívida que o Estado tem com sua cidade. Eu poderia destacar diversas outras cidades. Estou me lembrando da cidade de Pouso Alegre, no Sul de Minas, cujo aeroporto há 14 anos não recebe um centavo de investimento do Estado. Podemos nos lembrar da dívida que tem o Estado com o investimento da saúde. Além disso, em seu relatório, o Tribunal de Contas deixou muito claro que Minas Gerais não atende ao índice constitucional de 12% e há irregularidades. O próprio parecer do Tribunal de Contas alega a dívida que o Estado de Minas Gerais tem com o investimento da educação no Estado. No ano passado, tivemos o exemplo nesta Casa de toda a disputa referente ao salário dos professores e a dívida que Minas Gerais tem com essa classe de trabalhadores, sobretudo, com o investimento da educação. O próprio parecer do Tribunal de Contas referente às contas de 2010 alerta claramente que Minas Gerais não investe o mínimo constitucional na área da educação.

São esses os dados que Minas também deve apresentar e esta Casa precisa debater.

Se é importante discutir a dívida com a União - e é para o Estado de Minas Gerais -, outros critérios e outras formas são fundamentais. Mas é fundamental também que discutamos a fundo com os mineiros a dívida que Minas tem com as políticas públicas no Estado e o endividamento discutido nesta Casa nos últimos dois governos do Estado. E temos ainda na pauta desta Casa mais propostas de endividamento em tramitação. São temas como esses que esta Casa deve trazer à tona, e não apenas querer dividir a responsabilidade dessa dívida de forma subliminar.

Minas é responsável, assim como também o são os dois governos anteriores e este, que também tem uma responsabilidade muito grande com essa dívida. E é de forma clara, aberta e transparente que traremos os mineiros para debater aqui.

Parabenizo V. Exa. por essa manifestação.

O Deputado Almir Paraca* – Agradeço ao Deputado Ulysses Gomes. Para finalizar, já que aumentou o número de pares presentes no Plenário desde o momento em que comecei a falar até agora, gostaríamos de reforçar o convite ao público sobre o tema das tecnologias sociais, a superação da miséria e da pobreza e a relação disso com a Rio+20.

Buscamos organizar um fórum técnico. Existe uma grande pressão dos movimentos ambientalistas e sociais de Minas para a participação mais ativa nesse processo. E a Assembleia já se disponibilizou para acolher essas demandas da sociedade, ajudando a sistematizá-las e organizá-las, principalmente em um momento como este, em que ocorre uma conferência nacional importante mais uma vez no Brasil. Minas não pode ficar de fora desse debate.

Sr. Presidente, para finalizar de vez, esperamos que, de fato, esse fórum técnico ocorra e que tenhamos oportunidade de aprofundar esse debate na Casa. Que saiamos com uma comitiva qualificada daqui para ajudar a encaminhar o debate, que é de todo o Planeta e que será feito na Rio+20. Muito obrigado.



* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos acompanham pela TV Assembleia, é importante esta tribuna porque aqui é possível manifestar pontos de vista diferentes. Uns, na sua ótica, têm a postura de crítica; outros, de elogio. O que venho fazer nesta tribuna hoje é exatamente um comentário sobre o projeto que cria o Fundo Estadual de Café – Fecafê -, aprovado na manhã de hoje na Comissão de Justiça, por unanimidade. Todos os Deputados presentes, de todos os partidos políticos que lá têm assento, participaram, acompanharam e aprovaram à unanimidade a iniciativa do governo do Estado.

A propósito, lembro-me de um seminário de que participei sábado pela manhã sobre cafeicultura de montanha no Município de São Domingos das Dores, na região da Comarca de Inhapim. E lá a preocupação com produtividade, qualidade do produto produzido, avaliações da mão de obra empregada e utilização da vocação natural da região fez surgir também o comentário sobre o novo Código Florestal.

Lembro-me de que levava comigo uma muda de ipê amarelo, que recebi das caminhantes da Estrada Real no gabinete da Presidência desta Casa. Estava levando a muda, pois pensei em chegar com ela na minha terra natal, no Município de Divino, onde seria plantada. Entretanto, quando começou a discussão sobre Código Florestal, novo código e necessidade de preservar as lavouras existentes, aproveitei o ensejo para doar publicamente a muda de ipê amarelo, que, na minha visão, quando florida, embeleza o ambiente, exalta o ânimo e encanta a natureza. Todavia, não podemos transformar as lavouras de café, em nome dessa inspiração, e fazer com que sejam substituídas. Na minha avaliação, há que se preservar as matas existentes, mas é importante permitir que as áreas produtivas continuem gerando emprego e renda e fazendo a diferença na economia regional. No projeto ...

O Deputado João Leite (em aparte)* - Há 15 minutos, estou em pé aguardando um aparte do Deputado Almir Paraca. Gostaria de dizer ao Deputado Vanderlei Miranda que estou na fila e preciso deste aparte. Estou aqui há quase 20 minutos em pé, aguardando que o Minas sem Censura me concedesse a palavra, mas não me foi concedida. Deputado Sebastião Costa, quando puder, por favor, conceda-me a palavra, ainda mais que V. Exa. está falando de Fecafê, dos cafés das montanhas, do nosso Caparaó.

O Deputado Sebastião Costa - Deputado João Leite, neste momento, o orador que está nesta tribuna tem sempre prazer em ouvi-lo. Não haverá censura. Pelo contrário, é um estímulo ouvir sua experiência, suas considerações e suas palavras sempre ponderadas. Com a palavra, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Muito obrigado pelas ponderações e pelas palavras ponderadas. Deputado Vanderlei Miranda, farei um aparte rápido. Deputado Sebastião Costa, primeiramente gostaria de parabenizá-lo, pois V. Exa. sempre faz um discurso lúcido, lembrando o nosso Caparaó e o café das nossas montanhas, que V. Exa. ama tanto. O nome é sugestivo: Fecafê.

Gostaria de abordar esse assunto, pois, anteriormente, ouvimos o desfilhar do choro do governo federal neste Plenário, Deputado Sebastião Costa, falando que não tem um centavo para determinado aeroporto. O que falar do Aeroporto de Confins, esquecido pelo governo federal? Da falta de obras do governo federal? Agora, eles reclamam... Deputado, peço a assinatura de V. Exa., até para ouvirmos neste Plenário o consultor técnico desta Casa, o ex-Deputado Federal e fundador do Partido dos Trabalhadores, Virgílio Guimarães, pois está tratando do processo de renegociação da dívida do Estado de Minas Gerais. Aliás, o jornal “Hoje em Dia” – e é até bom que haja uma câmera aqui – traz a figura do ex-Deputado Virgílio Guimarães tratando da renegociação da dívida. Ele entende que é importante que o governo federal ouça isso, e não apenas Minas Gerais, mas todos os Estados.

Gostaria de falar rapidamente sobre greve. Os professores do governo do PT da Bahia estão em greve. A Presidente Dilma está fazendo um monte de leis, mas se esquece de dizer quem pagará a conta. O Deputado Vanderlei Miranda tratará desse tema agora. A conta da última lei que entra em vigor amanhã é paga pelas crianças, pelas famílias. O Deputado Vanderlei Miranda levantará esse tema. Não o adiantarei, mas é algo ridículo. O governo federal quer legislar até dentro da casa das pessoas. Quer dizer se podem corrigir o filho, quer dizer o que pode ser feito com as crianças...

Obrigado! Não falarei mais senão me estenderei e tomarei muito o tempo do Deputado Vanderlei Miranda.

O Deputado Sebastião Costa – Neste momento, dentro do espaço que a Presidência e o Regimento me asseguram, agradeço ao Deputado João Leite por suas intervenções. Sei que ele, como eu, tem militância política em uma região produtora de café.

Sabemos também que, em relação aos temas que acaba de abordar, não era nem o seu desejo fazê-lo, mas uma necessidade de dizer a outro orador que por aqui passou que, se está faltando recurso para aeroporto de menor importância, muito mais está faltando para o Aeroporto de Confins. Entendi a mensagem de V. Exa., Deputado João Leite, e lhe agradeço.

Concedo aparte ao Deputado Vanderlei Miranda, dizendo mais uma vez que o tema que me traz à tribuna é o projeto do Governador Antonio Anastasia aprovado na Comissão de Justiça hoje.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) – Agradeço a V. Exa. a oportunidade de usar desse tempo precioso. Não poderia deixar de me manifestar, e, em conversa com os colegas Deputados Gilberto Abramo, João Leite, Duarte Bechir, Carlos Henrique, Bosco e outros, todos manifestaram a mesma indignação. A Presidente Dilma nos surpreende com algumas decisões que merecem nosso aplauso, mas em determinados momentos outras decisões nos deixam sem entendê-la. Quando ela cancelou a distribuição do chamado “kit gay” nas escolas por entender que sua proposta pedagógica era perniciosa e não atendia ao que se propunha, todos aplaudimos. Vários segmentos se manifestaram contra a distribuição desse “kit”, mais de 6 mil escolas pelo Brasil afora.

Agora, nós, que temos lutado tanto contra a pedofilia neste país, contra a prostituição infantil e a exploração dos nossos menores, vemos a notícia de que a partir de amanhã, dia 18, entra em vigor a lei do Sinase. Trata-se de uma lei, sancionada em 19 de janeiro pela Presidente Dilma Rousseff, que garante a obrigação de adolescentes voltarem a estudar. Aí aplaudimos, porque isso é muito bom. Mas fiz de propósito a leitura inversa, pois, anteriormente a isso, a lei também permite que a partir de amanhã adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa recebam visita íntima. É um absurdo dos absurdos abrir a guarda e permitir isso em relação a nossas crianças, pois um adolescente ainda é uma criança. Mas, depois que o Supremo inocentou aquele cidadão que se prostituiu com três meninhas de 12 anos, sob alegação de que elas já estavam na prática da prostituição com 12 anos... Depois que o nosso Supremo absolveu aquele cidadão, não sabemos mais o que esperar.



Na verdade, isso era assunto para abordar durante uma hora, e vou encerrar para não tomar mais tempo de V. Exa. Agradeço por me permitir usar esse tempo, mas voltaremos a abordar o tema. Obrigado.

O Deputado Sebastião Costa – Agradeço ao Deputado Vanderlei Miranda. É claro que o tema destoa do que eu vinha dizendo, mas é um tema de palpitante atualidade. Acredito que, nesses estabelecimentos para onde levam as crianças, a condução do atendimento deveria ser de acordo com a personalidade de cada um. Transformar em regra o que deveria ser uma exceção, até necessária em alguns casos, é uma ameaça ao sistema ou à sociedade. Existem situações que justificam certas atitudes, mas a atitude não deve ser tratada como uma regra, mas como exceção.

Qual caso justificaria aquilo que o Deputado Vanderlei Miranda nos revelou acerca da visita íntima? Quando poderia ser indispensável? Isso não deve ser transformado num dever do estabelecimento porque, nesse caso, seria transformado em regra o que deveria ser tratado como exceção. Deputado, agradeço a intervenção de V. Exa.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Também serei rápido, Deputado Sebastião Costa. O Deputado Vanderlei Miranda falou sobre a nossa insatisfação relativa à matéria da visita íntima. Ele reportou aqui um caso, da semana passada, quando o Superior Tribunal de Justiça teceu decisão sobre exploração sexual: uma criancinha de 12 anos deu razão ao criminoso de proceder daquela forma.

Cada vez mais temos notícias que nos envergonham como legisladores, que nos deixam perplexos como brasileiros. Trago outra informação a V. Exa. Ocorreu hoje um acidente gravíssimo no Anel. Todo dia reclamamos da falta de recursos para Minas Gerais. Enquanto cidade da Zona da Mata, da qual V. Exa. também é um dos representantes, ainda não recebeu recursos para fazer face às suas despesas com as enchentes, o governo liberará quatorze milhões e meio para São Bernardo do Campo, com o objetivo de fazer o museu do trabalhador em homenagem ao ex-Presidente Lula. Serão quatorze milhões e meio.

Trago informações a V. Exa. de forma rápida. A verba para o museu engrossa o volume de recursos da União para São Bernardo do Campo, berço do PT. A cidade foi a mais beneficiada do País por repasses do governo federal por meio de convênios em 2011, tanto em valores absolutos quanto proporcionais ao número de habitantes. O Município recebeu R\$122.000.000,00, R\$159,00 para cada um de seus habitantes. Para se ter ideia da quantidade dos recursos repassados, o Município do Rio, Deputado Sebastião Costa, que tem população oito vezes maior, recebeu R\$79.000.000,00, ou seja, 35% a menos para fazer o museu do trabalhador.

Não há recursos para a saúde - pessoas estão morrendo - nem para a segurança pública. No entanto, para fazer o museu do trabalhador, uma homenagem ao ex-Presidente, são liberados quatorze milhões e meio. Essa obra custará R\$18.000.000,00. Não estou falando de mil reais, mas de milhões. É uma vergonha nacional, Deputado Sebastião Costa. É uma vergonha. Orçamento significa estabelecimento de prioridades. V. Exa., que foi Prefeito, sabe que comandar orçamento é administrar prioridades. Não é hora de se liberar verba eleitoreira de R\$18.000.000,00. Estamos sofrendo com diversos males. Essa liberação é intempestiva, é descabida para o momento que o Brasil vive.

Saúdo V. Exa. pela garra, pela determinação e pela independência de seus pronunciamentos. Obrigado.

O Deputado Sebastião Costa - Agradeço ao Deputado Duarte Bechir e manifesto minha preocupação com o tema por ele trazido. Compreendo que estabelecer prioridades na administração pública é fundamental, quando se quer acertar. Em razão disso concordo em gênero, número e grau com o que ele acaba de dizer.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Agradeço a V. Exa. a oportunidade, assim como ao Deputado Carlos Henrique a gentileza de ceder seu aparte. Serei rápido, Deputado Sebastião Costa. Quero apenas aproveitar o brilhante pronunciamento de V. Exa. Temos de aproveitar pronunciamentos brilhantes para prestar boas informações.

Recebi hoje pela manhã um telefonema do Presidente da Cemig, Dr. Djalma Morais, anunciando que dentro de 15 dias estará publicando, Sr. Presidente, Deputado Inácio Franco, edital com previsão de colocação para 800 pessoas na companhia.

O edital do concurso público da Cemig será publicado em 15 dias, no máximo. Isso é extremamente interessante e, com certeza, dará melhor qualificação ao trabalho da Cemig, como também gerará mais empregos no Estado de Minas Gerais. Essa será mais uma obra importante da Cemig e do governo Anastasia. Obrigado, Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa - Eu é que agradeço, Deputado Bonifácio Mourão.

Parabéns ao governo do Estado pela ousadia de encaminhar a esta Casa o Projeto de Lei nº 2.781, que estimula o setor cafeeiro do Estado de Minas Gerais. Parabenizo também a Cemig pela notícia alvissareira que o Deputado Bonifácio Mourão acaba de nos trazer. Meu abraço a todos. Obrigado pela tolerância.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Elismar Prado* - Obrigado, Sr. Presidente. Aproveito a deixa do Deputado Mourão para discutir um pouco a questão da Cemig. Aproveito para dizer que, há mais de 10 anos, o Sindicato dos Eletricitários de Minas Gerais – Sindieletró -, enfrenta uma demanda, uma luta na justiça, para que houvesse concurso na Cemig. Agora a Cemig irá realizá-lo depois de todo esse período e de toda a precarização imposta aos trabalhadores e ao sistema da Cemig em Minas Gerais.

Infelizmente, foi registrada uma estatística muito triste de 45 mortes; e isso é verificado a cada mês. Na verdade, o que existe é uma precarização e um sucateamento geral em Minas Gerais. Houve demissão em massa de trabalhadores da Cemig, que optou pela terceirização de seus serviços, em vez de fazer concurso. Isso impôs ao povo de Minas Gerais uma redução drástica na qualidade dos serviços prestados, sem falar da conta mais cara do Brasil, pois pagamos 42% de ICMS - também o mais elevado do Brasil - sobre a conta de energia elétrica.

No último dia 3 de abril, estivemos em mais uma audiência pública na Aneel, em Brasília. A Aneel realiza, anualmente, audiências públicas para tratar do reajuste. Novamente estivemos com o Deputado Federal Weliton Prado, que, há muitos anos, acompanha essa questão. Percebemos que o Conselho de Consumidores, que deveria estar presente nessas audiências e nesses encontros para defender e representar os consumidores de Minas Gerais, novamente não esteve lá. Então, ele também não compareceu a essa audiência da Aneel para tratar dos assuntos de interesse de todos os consumidores de Minas Gerais. Denunciamos, novamente, a omissão desse Conselho. A verdade é que, em nossa opinião, ele é capturado pela Cemig, porque nunca participa das reuniões. Novamente, apenas



eu e o Deputado Federal Weliton Prado estivemos nessa audiência pública do último dia 3, em Brasília, para defender os consumidores de Minas Gerais. Na pauta, estavam dois itens: um deles tratava do pedido de reajuste da Cemig de 5,48%; o outro tratava de uma representação nossa para impedir a Cemig de cobrar o retroativo relativo ao PIS e à Cofins desde 2004. Isso oneraria ainda mais a conta de luz em Minas Gerais. Novamente ganhamos esse item, e a Diretoria da Aneel indeferiu o pedido de revisão da Cemig com relação ao PIS e à Cofins. Ganhamos essa batalha, mas a guerra continua. A Cemig pediu 5,48% de reajuste, e obteve o reajuste médio de 3,85%. Questionamos tal fato, é claro, mediante os recordes de lucratividade da Cemig, já que ela lucrou mais de R\$2.000.000.000,00 por ano. Portanto, nenhum reajuste é justificado, ainda mais considerando-se a precariedade dos serviços e os constantes apagões.

Novamente, a Aneel realizou uma pesquisa com os consumidores da Região Sudeste, que consideraram a Cemig a pior prestadora de serviço de energia elétrica de toda a região. Repito: essa pesquisa foi realizada com os próprios consumidores, portanto mostra a precariedade dos serviços.

Deputado Carlin Moura, quanto à centralização do atendimento, a Cemig fechou postos de atendimento no interior do Estado e demitiu milhares de funcionários, o que foi chamado de “apagão técnico”. Foram fechados mais de 7 mil postos de trabalho, o que precarizou ainda mais o atendimento. Realmente, essa ação não condiz com a tarifa cobrada pela Cemig, que é exorbitante, um abuso contra os consumidores. Estão ocorrendo constantes apagões e mortes de trabalhadores, porque os trabalhadores terceirizados não recebem capacitação adequada para realizar o trabalho. Por isso defendemos a realização de concurso público. E agora a Cemig, por processo judicial, está sendo obrigada a realizar concurso público. Infelizmente, a empresa abriu pouquíssimas vagas, tendo em vista a necessidade do Estado para restabelecer o mínimo de qualidade na prestação de serviços.

Elaboramos um documento que traz as razões por que a Cemig não merece que lhe seja concedido nenhum centavo de aumento nas contas, que já são muito caras. (- Lê:)

“A Cemig teve um lucro anual em 2011 de R\$2.400.000.000,00, sendo assim não terá prejuízo algum se as tarifas forem mantidas ou mesmo reduzidas - o que é a nossa luta. Não há distribuição desses ganhos de produtividade com os consumidores – a Cemig lucra R\$2.000.000.000,00 todos os anos, que vão para o bolso dos acionistas, a maioria deles estrangeiros.”

São estrangeiros que não têm compromisso com o povo de Minas Gerais. Aliás, a Cemig autorizou aumento de repasse dos dividendos aos acionistas, a distribuição de lucros e o aumento de cargos de diretoria, em vez de aumentar os cargos no setor de manutenção para fazer a manutenção das redes. Há redes com mais de 30 anos, haja vista os acidentes fatais que têm ocorrido em todo o Estado de Minas Gerais. (- Lê:)

“Não há investimentos na prestação de serviços: a rede elétrica está desprotegida e sem manutenção. Existe ainda o “apagão técnico”. Entre 2004 e 2009, a empresa reduziu os recursos aplicados na prevenção de problemas na rede. Houve a extinção de mais de 7 mil postos de trabalho e a precarização dos serviços como consequência desse processo. A Cemig acabou com as equipes de eletricitistas no interior, fechando diversas unidades nos Municípios e centralizando os serviços em BH.

A gestão da Cemig é focada na terceirização dos serviços sem fiscalização das empreiteiras e na demissão dos trabalhadores. Isso resulta em outro dado triste: a Cemig é líder em acidentes graves e fatais no setor elétrico. Em 2011, oito trabalhadores a serviço da Cemig morreram. Este ano já são duas mortes e um trabalhador mutilado. Segundo o Sindieletrô, de 1999 para cá, foram 86 acidentes fatais, o que mantém a lamentável estatística de um trabalhador morto a cada 45 dias.”

O que eu disse anteriormente: um trabalhador morto a cada 45 dias em consequência da precarização do modelo adotado pela Cemig da terceirização em vez do concurso. (- Lê:)

“Aliás, em 2011, solicitamos à Aneel a criação de uma comissão para investigar os serviços prestados pela Cemig.”

Isso ocorreu na audiência pública do ano passado em que comparecemos também. (- Lê:)

“Não há ações eficazes para a poda de árvores e atendimento ao cliente.”

Considere-se que a realidade de Belo Horizonte é que, em qualquer chuva ou ameaça de chuva, a cidade vira um caos por causa da falta de manutenção e da poda de árvores, enfim, de medidas preventivas que a Cemig não toma. (- Lê:)

“A Cemig não cumpre sequer os acordos coletivos de trabalho dos eletricitários, inclusive o de 2011 e 2012. Um exemplo é a formação do grupo de trabalho de saúde e segurança, que a empresa praticamente não realizou reuniões para debater o assunto.”

Enfim, a Cemig descumpra uma série de normas trabalhistas, e temos de enfrentar todas essas questões pela via judicial. (- Lê:)

“A Cemig protagonizou ainda as mais tristes notícias, com mortes de consumidores por fios partidos: Muzambinho, 17/1/2012: o rompimento do fio de alta tensão matou Maria da Glória Silva, 61 anos, e deixou o marido dela e as duas filhas do casal feridos. A dona de casa foi atingida enquanto lavava o micro-ônibus da família, na porta de casa; Ubá, 12/1/2012: uma adolescente de 15 anos morreu eletrocutada quando caminhava por uma rua no Bairro Santa Bernadete. O cabo de energia caiu sobre a estudante Ana Paula Ferreira Marcelino; Belo Horizonte, 10/10/2011: a demora no atendimento da ocorrência de uma fiação rompida causou a morte do vendedor Gleison Wilson de Sousa, 38 anos. Ele foi atingido após passar de motocicleta sobre um fio de alta tensão que ficou caído por mais de três horas no Bairro Prado; Bandeiras do Sul, 27/2/2011: realmente foi uma tragédia lamentável que poderia ser evitada se a Cemig investisse na manutenção das redes. O rompimento dos fios de energia causou a morte de 16 pessoas e deixou outras 50 feridas. No entanto, colocaram a culpa na serpentina. Em 2011 foram registrados 10 mil casos de fios partidos em Minas Gerais, segundo a própria Cemig. Mas o Sindieletrô estima que esse número chega a 3.500 chamadas por mês de fios partidos, o que chegaria a 42 mil casos por ano. Há localidades em que os fios ficam no chão por horas aguardando eletricitistas se deslocarem de outras cidades. Às vezes com distância de mais de 200km. Pelo que consta, só existe um plantão de eletricitistas 24 horas em Belo Horizonte, o que é rematado absurdo e demonstra que já se paga muito por um serviço quase inexistente. Percebe-se, portanto, que há divergências sobre os números apresentados pela Cemig, necessitando de auditoria dos custos apresentados pela empresa. Inclusive, aprovamos esse pedido de auditoria junto à diretoria na última reunião da Aneel, a fim de que novamente investigue a falta de qualidade do serviço da Cemig em Minas Gerais, que é uma empresa patrimônio do povo mineiro, que realmente deve ser vista como orgão dos mineiros e tratada como um serviço essencial, e não como uma mera mercadoria para ser especulada.

Na verdade, o que tem de prevalecer aqui é o interesse público, e não a lógica do mercado, do capital, que está sacrificando a vida do povo mineiro. Na verdade, sempre estamos presentes nas reuniões defendendo a população dos consumidores. O que existe em Minas é um verdadeiro abuso, pois o serviço é de baixa qualidade, vem se precarizando cada dia mais e a conta é cada vez mais cara. É um abuso muito grande. Protocolamos uma série de representações junto à diretoria da Aneel referente à questão da qualidade. Também questionamos os blecautes constantes que estão aumentando muito em todo o Estado de Minas Gerais. Não só em períodos de chuva, como também em qualquer outro período percebemos muitos blecautes, levando imensos prejuízos aos consumidores. No campo há mortandade de animais, há perda de produção e mais uma série de questões.”

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Deputado Elismar Prado, muito obrigado por me conceder este aparte. V. Exa. traz aqui a preocupação em relação a essas situações de acidentes, e isso é pertinente. Também em meu gabinete recebo constantemente cartas, principalmente do sindicato, falando a respeito desses problemas, os quais reconhecemos que são sérios e precisam de uma atenção especial.

No entanto, nobre colega, este meu aparte é para fazer aqui um apelo à sensibilidade do Governador Anastasia em favor dos aposentados do Ipsemg. O Ministério Público já fez um levantamento e já apontou as correções que precisam ser feitas em relação à aposentadoria dos trabalhadores do Ipsemg. Creio que essa sensibilidade não faltará ao Governador Anastasia em relação a esses aposentados. Gostaríamos que ele pudesse rever essa questão, que, inclusive, analisasse esse parecer do Ministério Público, que pede a revisão dos aposentados, a fim de que pudessem ser contemplados dignamente com relação aos seus proventos de aposentadoria. Essa era a questão do meu aparte. Agradeço a V. Exa., Deputado Elismar Prado.

O Deputado Elismar Prado* - Obrigado, Deputado Vanderlei Miranda. Espero, também, que o Governador se sensibilize com essa questão relativa aos nossos aposentados.

Queria apenas concluir e, nessa discussão relativa à Cemig, registrar também os problemas que tivemos aqui com a explosão de bueiros. Não foi só no Rio de Janeiro, onde a Cemig tem atuação, que isso aconteceu. Ela atua em 17 Estados brasileiros. Já é uma empresa mundial. Vende energia muito mais barata para os outros Estados do que para os mineiros, o que é uma covardia, uma desumanidade. Tivemos, como disse, problemas aqui também, com as explosões de bueiros.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - V. Exa. falou, com referência à Cemig, que o preço da energia em Minas é mais alto do que em outros Estados e em muitos deles a própria Cemig é a fornecedora de energia. Só para lembrar que o preço da energia elétrica é determinado pela Aneel, do governo federal, é ela quem determina, em cada Estado, quanto a companhia energética irá cobrar. A Cemig nada mais faz do que obedecer à determinação superior.

O Deputado Elismar Prado* - Obrigado, Deputado.

Na verdade, a Cemig protocola junto à diretoria da Aneel um pedido de reajuste, o que já é desumano, o que não se justifica, devido à precariedade dos serviços prestados em Minas Gerais, às tarifas muito altas. É a Cemig quem solicita os reajustes à diretoria da Aneel. Em alguns processos, até ganhamos junto à diretoria as nossas representações. Assim, quem solicita o reajuste é a Cemig.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - É apenas para dizer que é verdade o que o Deputado Lafayette de Andrada disse, só que a Cemig, todos os anos, pede um absurdo de aumento, e a Aneel diminui. Ainda fica muito, mas podem olhar que todos os anos a Cemig pede muito mais para encher os cofres do Estado e não fazer investimentos, como V. Exa. disse.

O Deputado Elismar Prado* - Exatamente. Não adianta tentar tapar o sol com a peneira, pois os pedidos partem da própria Cemig. Um dos componentes que mais encarece a conta, e está aí a crueldade do governo do Estado, é a cobrança do ICMS mais caro do Brasil. É isso que deixa a conta caríssima, um absurdo, um verdadeiro assalto ao povo de Minas. O imposto cobrado pelo governo do Estado chega a 42%. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos assiste pela TV Assembleia, ocupamos a tribuna nesta tarde para tratar aqui de um assunto de extrema relevância e necessário ao Estado de Minas Gerais.

Mas antes mesmo de chegarmos ao Estado de Minas Gerais, gostaríamos de dizer que estamos acompanhando a tramitação de requerimento no Congresso Nacional, de iniciativa das duas Casas Legislativas, tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado da República, com relação à criação de uma comissão parlamentar de inquérito mista para investigar a corrupção, o tráfico de influência e tantos outros crimes praticados por aquele que chamam de empresário, mas de empresário não tem nada – o contraventor Carlos Cachoeira, em Brasília.

Nestes últimos dias, especialmente nas últimas duas semanas, temos intensificado um acompanhamento do jornal “O Globo”, da “Folha de S. Paulo”, do “Estadão” e também dos jornais regionais aqui de Minas Gerais no que diz respeito a esse tema, principalmente em relação à chamada máfia dos caça-níqueis, tanto em Brasília como aqui em Minas Gerais.

Não poderíamos, Sr. Presidente, deixar de trazer aqui a nossa preocupação. Na semana passada, conversei com o Senador Pedro Taques, do PDT, ex-Procurador Federal, que também é uma das grandes figuras do Senado da República. Ele está também numa linha de frente, coletando as assinaturas. Pela posição dos parlamentares federais que estamos acompanhando, acredito que ainda nesta semana será instalada no Congresso Nacional a CPI mista para apurar as denúncias veiculadas nos grandes jornais, especialmente contra o Senador Demóstenes Torres, do DEM, e o Deputado Carlos Leréia, do PSDB, sobre seu envolvimento com o contraventor, dono de caça-níqueis e de grandes e influentes empresas no País, o Sr. Carlinhos ou Carlos Cachoeira, mais conhecido em Brasília como o grande contraventor, o que se vem alardeando Brasil afora.

Considero o assunto gravíssimo, até porque esse contraventor dos caça-níqueis está envolvido com o jogo do bicho e, segundo matérias veiculadas em jornais e revistas neste final de semana, em Goiás, o jogo do bicho e os caça-níqueis continuam funcionando; parece que não aconteceu nada. Um Senador já pediu desfiliação; já foi aberto no Conselho de Ética o pedido de cassação de outro, e várias pessoas estão sendo e serão investigadas, tanto pela Polícia Federal quanto pela CPI.

Daqui a pouco concederei aparte ao Deputado Rogério Correia.



Em Minas Gerais, acompanhamos os desdobramentos de tudo isso. Gostaríamos de nos referir especialmente à matéria do jornal “O Globo”, publicada em 10/4, que diz: “O Presidente do PSDB - o Deputado Sérgio Guerra, de Pernambuco -, após a reunião desta terça-feira na liderança do partido no Senado, anunciou que o partido vai apoiar e exigir que funcione sem interferência do Planalto uma CPI para investigar todo suposto envolvimento de parlamentares integrantes do governo no esquema do bicheiro Carlinhos Cachoeira. Segundo Guerra, há tranquilidade e confiança em relação ao não envolvimento do Governador de Goiás, Marconi Perillo”. Portanto, aqui, o Presidente Nacional do PSDB diz que vai exigir que funcione sem interferência do Palácio do Planalto uma comissão parlamentar de inquérito. Assim, pelo que acompanhamos, o PT, o PSDB e todos os partidos hoje representados no Congresso estão apoiando a CPI.

Em Minas Gerais, Sr. Presidente, não é diferente. Em 28/3, na Comissão de Direitos Humanos, ouvimos - este Deputado e os Deputados Luiz Carlos Miranda e Rômulo Viegas - um oficial da Polícia Militar que fez denúncias gravíssimas sobre a máfia dos caça-níqueis em Minas Gerais. Por isso mesmo, o denunciante está correndo risco e teme por sua integridade física. Aliás, esse foi o principal motivo por que o oficial procurou a Comissão de Direitos Humanos. Por seu depoimento, o contraventor envolvido com caça-níqueis e jogo do bicho Frederico Márcio Arbex está radicado no Município de Juiz de Fora e teve a ousadia, Deputados Rogério Correia e Vanderlei Miranda, de parar o oficial da Polícia Militar durante uma operação de combate aos caça-níqueis e dizer-lhe o seguinte: “Tenente, só você que não colabora comigo; só você que me persegue”. O Tenente quis saber quem ele era, e ele se apresentou como Frederico Márcio Arbex. Essa pessoa já foi presa duas vezes pela Polícia Federal. Aliás, conversei com o Delegado responsável por sua prisão - Delegado Cláudio Dornelas, hoje Chefe da Polícia Federal em Juiz de Fora. Esse cidadão teve a cara de pau e o disparate de parar um oficial da Polícia Militar que comandava uma operação de combate e repressão aos caça-níqueis, no Município de Juiz de Fora, e dizer-lhe: “Só o senhor, Tenente, não colabora comigo. Os demais colaboram. Temos até mesmo uma boate onde determinados oficiais participam de festas e bebem livremente, acompanhados de mulheres”. Tudo nessa boate de propriedade desse contraventor. Então, esse moço teve o disparate de dizer: “Tenente, o senhor está quebrando as placas dos meus caça-níqueis”. Ou seja, a afronta, Deputados Rogério Correia e Vanderlei Miranda, que chegou aqui foi a do envolvimento do crime organizado, de afrontar polícia no meio da rua em plena operação. Por que esse moço fez isso? Essa foi a nossa indagação. É porque ele tem encontrado respaldo com o pagamento de propina, semanalmente, a policiais do Município de Juiz de Fora. Então, nós não podemos aceitar, esta Casa não pode aceitar, este Parlamento não pode se calar. Foi por isso, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, que há 15 dias este Deputado teve a iniciativa, junto com os Deputados Luiz Carlos Miranda e Rômulo Viegas, de começar a coleta de assinaturas para a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito, porque há denúncias também em Belo Horizonte envolvendo bicheiros em caça-níqueis, os quais estão pagando propina a policiais. Isso está ocorrendo aqui, em Belo Horizonte, e nós não podemos aceitar. Dessa forma, entendemos, Deputado Rogério Correia, que precisamos extirpar esses maus policiais que envergonham a nossa instituição em Minas Gerais.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Sargento Rodrigues, quero parabenizá-lo pela iniciativa e lembrar que eu e V. Exa. participamos, conjuntamente, da CPI Estadual do Narcotráfico, há duas legislaturas. E como fruto dessa CPI, entre tantas outras contribuições, nós formamos, a partir dela, a Comissão de Segurança Pública nesta Casa. Na época existia apenas a Comissão de Direitos Humanos; a Comissão de Segurança Pública nasceu a partir dessa experiência. Como agora, Deputado Sargento Rodrigues, existia em Brasília também a Comissão Nacional do Narcotráfico. Há semelhança, portanto, naquele processo como neste. Teremos agora, nacionalmente, e o PT apoia, uma CPI nacional para apurar a questão da contravenção especialmente do chamado caso Cachoeira, que é o bicheiro, o responsável por este estado de coisas - de corrupção, de corruptores e de corruptos - que acontece; essas denúncias agora no Brasil.

Penso que o mesmo serve aqui neste paralelo que faço. É preciso que aqui se apure bem, porque a presença do Cachoeira já está sendo vista em Araxá, em Uberlândia, e uma faculdade que foi aqui apresentada, pelo Senador Demóstenes, que está também na linha de tiro. Portanto, é preciso que esta CPI chegue aqui, a qual terá também uma importante função do ponto de vista nacional, o que nos faz apoiá-la. Eu mesmo fui vítima, recentemente, da revista “Veja”, que agora terá de sentar-se no banco de réus da CPI, porque está misturando jornalismo com banditismo. A revista passou a pagar ao Cachoeira para obter informações e depois, junto ao Senador, desqualificar pessoas e conteúdos de críticas que ali foram feitas. Isso também está hoje no banco de réus e deverá ser visto nacionalmente.

Deputado Sargento Rodrigues, nós todos do PT assinamos a CPI que V. Exa. aqui apresentou, que tem objetivos específicos, tem o fato, mas evidentemente terá também de fazer repercutir os fenômenos nacionais que estão acontecendo. Esperamos que essa CPI seja instalada, embora, Deputado Sargento Rodrigues, eu tenha as minhas dúvidas. Convocar CPI em Minas Gerais está proibido desde a época do ex-Governador Aécio Neves, que não permite a implantação de CPIs. O período em que menos existiu CPI foi na era Aécio e Anastasia, em que passou a ser proibido qualquer tipo de fiscalização ao Poder Executivo. E mesmo em caso de CPI que tem objetivo do Executivo, mesmo assim, aqui em Minas, isso passou a ser palavrão; porém estou solidário a vocês. Tomara que o Presidente tenha coragem de instalar uma CPI nesta Casa! Parabéns.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Agradeço ao Deputado Rogério Correia.

Gostaria de cientificar também os demais parlamentares - daqui a pouco, concederei aparte ao nosso companheiro - e dizer que o Juiz de Direito Murilo de Sá Júnior foi punido pelo CNJ porque estava dando despachos e aceitando petições sem as formalidades legais, em favor de contraventores também em Juiz de Fora. Imaginem V. Exas. que já chegamos a envolvimento de Oficiais, de Delegado da Polícia Civil, de Juiz, em Juiz de Fora. Em Belo Horizonte, não é diferente. Como disse aqui o Deputado Rogério Correia, são objeto da fundamentação do pedido dessa CPI os braços de Carlinhos Cachoeira em Minas Gerais, em Uberaba, Uberlândia e Araxá. Aqui o Senador Demóstenes Torres tem como sócia uma pessoa na chamada Nova Faculdade, criada em 2009. Portanto a CPI precisa ser instalada.

Quero deixar claro aos meus companheiros que assinaram essa CPI, de forma firme e coerente - fiquei na polícia durante 15 anos e já estou no 14º ano de mandato -, que, se vierem aqui dizer da tribuna que Corregedoria da Polícia Militar ou da Polícia Civil tem



condições de apurar, isso é balela, conversa fiada. Até porque esse mesmo Oficial que esteve presente na Comissão de Direitos Humanos prestando esse depoimento e fazendo essa gravíssima denúncia já havia prestado depoimento no inquérito policial militar no ano passado, 2011, e nenhuma providência foi tomada pelo Comando da Polícia Militar, que sequer afastou o Capitão e o Major das suas funções para que se procedesse à investigação. Portanto a CPI é mais que necessária, pois uma comissão parlamentar de inquérito consegue avançar o segundo degrau do inquérito, coisa que o Delegado de Polícia não consegue. Isso porque, à medida que ele vai avançando e esbarra em determinadas autoridades, começam a chover telefonemas dizendo para parar com o inquérito. Na CPI não, ela é composta por sete Deputados.

Concedo aparte ao ilustre companheiro, nobre Deputado que também assinou a CPI comigo.

O Deputado Bruno Siqueira (em aparte)* - Deputado Sargento Rodrigues, agradeço o aparte. Fico muito entristecido quando escuto V. Exa. lembrar que o Juiz que estava em Juiz de Fora, Dr. Murilo, foi afastado e posteriormente punido pelo Conselho Nacional de Justiça. Uma cidade que infelizmente teve, há poucos anos, o Prefeito preso, o Presidente da Câmara preso, um ex-Secretário Municipal preso no ano passado. Então, ficamos realmente preocupados com a reputação da nossa cidade natal de Juiz de Fora. É importante que possamos aprofundar em relação a essa denúncia grave apresentada à Comissão, porque envolve policiais militares, policiais civis. Um Secretário Municipal da Prefeitura de Juiz de Fora está envolvido na denúncia. Mas não podemos deixar de dar direito de defesa a essas pessoas. Tenho a certeza de que, caso a CPI seja instalada, mesmo assim a Comissão de Direitos Humanos dará total oportunidade às pessoas denunciadas por esse policial militar de ter direito à defesa, ao contraditório, porque às vezes as palavras são colocadas de forma a denunciar, mas as provas também têm de ser apresentadas. O nosso partido PMDB apoia a CPI, V. Exa. sabe disso, muito para dar às pessoas denunciadas o direito de defesa, a fim de que elas possam exatamente ter a tranquilidade de um fórum que seja independente, para sua defesa. Eu, que fui relator da principal CPI que já houve em Juiz de Fora, sei da importância de os fatos serem revelados, dando direito de defesa. Mas, caso realmente seja provada a culpa dessas pessoas, que elas sejam punidas.

Conheço a maioria dos envolvidos nas denúncias que estão hoje no jornal "Hoje em Dia", e não só eu, mas também os cidadãos de Juiz de Fora. Um já foi Comandante da Polícia Militar e hoje é Secretário Municipal de Juiz de Fora, um outro é Major respeitado e o outro é um Delegado também respeitado. Imagino que eles poderão se defender e provarão sua inocência. Caso contrário, que a CPI possa botar o dedo na ferida e mostrar aos órgãos competentes quem deverá ou não ser punido.

Agradeço a V. Exa. Vamos continuar trabalhando para mostrar a verdade a Minas Gerais.

O Deputado Sargento Rodrigues - Ilustre Deputado Bruno Siqueira, obrigado.

O Deputado João Leite (em aparte) - Serei breve. Quero dizer que o PSDB apoia a CPI em nível nacional - aliás, já colocado até pelos números. São impressionantes os números, especialmente da empresa Delta, que está ligada ao Sr. Carlos Cachoeira e recebeu do governo federal 4 bilhões nesses anos. Quanto a essa empresa, agora em 2011, todos os contratos foram na modalidade de licitação, de dispensa de licitação. Então são graves... Mais que isso, a Delta também é responsável por doações eleitorais no valor de quase R\$3.000.000,00 à direção nacional do PT e do PMDB referentes às últimas eleições de 2010.

Portanto é fundamental que lá seja instalada a CPI, primeiramente para que tenhamos a condição de avaliar. Ainda não há CPI lá. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Obrigado, Deputado João Leite. Gostaria de contar com o apoio de V. Exa. e do Deputado Lafayette de Andrada também, assinando a CPI, porque é gravíssima a denúncia que V. Exa. apresentou envolvendo a empresa Delta. Quero adiantar ao meu companheiro que toda a Bancada do PMDB e a do PT já assinaram.

Companheiro Bruno Siqueira, o Senador Demóstenes Torres, até então, era tido também como o arauto da moralidade no Senado da República. Hoje não podemos nos espantar, porque muitas vezes conhecemos o cidadão de vista e acreditamos nele até que se prove o contrário. O Senador se desfilou, porque não aguentou. Tenho absoluta convicção de que será cassado no Conselho de Ética do Senado porque as denúncias são gravíssimas.

Quero fazer um apelo aos Deputados Lafayette de Andrada, João Leite e ao Líder Bonifácio Mourão para que cerrem fileiras e assinem a CPI juntamente conosco, já que toda a Bancada do PDT, a do PT e a do PMDB já assinaram, assim como diversos outros Deputados. São 38 assinaturas colhidas para a instalação da CPI.

Encerrando a minha fala, Sr. Presidente, quero pedir encarecidamente ao Deputado Dinis Pinheiro, Presidente desta Casa, que não arquite mais o requerimento de CPI. Presidente Dinis Pinheiro, temos motivos de sobra para a instalação. Então eu lhe faço este apelo: obedeça ao que está previsto no art. 112 (fato determinado). Está aqui o fato. Temos uma denúncia gravíssima. O Oficial e sua família correm risco de vida. Ouviremos outros dois policiais em relação ao assunto.

Portanto a denúncia é gravíssima. Faço um apelo ao Deputado Dinis Pinheiro, Presidente desta Casa, para que não arquite o requerimento da CPI e que ele seja publicado imediatamente após o protocolo que farei neste momento para que, depois da publicação, cinco dias úteis, os Líderes possam indicar. A denúncia é gravíssima. Espero que esta Casa não continue inerte e investigue a fundo as denúncias que foram aqui trazidas à Comissão de Direitos Humanos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, o Deputado Pompílio Canavez, como Líder da Oposição e da Minoria desta Casa, solicitou a inversão de pauta exatamente para que discutíssemos cinco requerimentos relativos à dívida pública de Minas Gerais e fizéssemos uma discussão séria sobre o conteúdo dessa dívida. No caso do Requerimento nº 1.918, encaminhamos pedido de informação sobre a constituição da dívida do Estado com a Cemig e inclusão de cópia dos documentos que menciona.

O governo tem dito sempre que a negociação da dívida do Estado foi boa à época e depois virou má negociação, que agora os juros são muito altos e a responsabilidade disso, inclusive segundo as peças publicitárias, até as da Assembleia, seria da Presidente Dilma, que tomou posse recentemente no Brasil, e do ex-Presidente Lula, que encontrou o quadro de dívida no Estado de Minas Gerais instalado.



A verdade é outra, e bem sabemos. Aqui em Minas Gerais o déficit zero mostrou-se uma farsa, e Minas Gerais está quebrada. Como Minas Gerais está quebrada, o governo precisa arrumar uma desculpa por não conseguir atender de fato as reivindicações populares feitas nesta Casa. Portanto, o governo do Estado não consegue explicar o mau atendimento que tem prestado na saúde pública, na educação pública e na segurança pública. A cada semana somos surpreendidos com dados negativos do governo do Estado, que mostram, Deputado Pompílio Canavez, que o choque de gestão foi um mal para o Estado de Minas Gerais. No caso da educação pública, o choque de gestão, que foi extremamente ruim, e a farsa do déficit zero, hoje comprovada, jogaram o Estado no endividamento, no buraco e na quebradeira. Tanto que hoje se permite impedir o professor de se alimentar na escola, tentando fazer economia proibindo professor de ter a alimentação escolar. Além disso, colocam alunos em salas multisseriadas, amontoando-os.

O coitado do professor, que virou inimigo do governo do Estado depois da greve, é obrigado a dar aulas para alunos de 5ª série e 8ª série, misturando-se Matemática, Aritmética, Português, Literatura etc. O mesmo professor vira um mágico, com fome, porque não terá direito de se alimentar.

Ao mesmo tempo, na saúde, o governo do Estado, que nunca aplicou os 12%, será obrigado a fazê-lo com a regulamentação da Emenda nº 29. Na mesma toada, isso quer dizer que a responsabilidade também é da Presidenta Dilma, que não aplica. Mas eles não fizeram o dever de casa e nunca aplicaram os 12% na saúde. E, no caso da segurança pública, vamos vendo dados cada vez mais negativos.

Em suma, o governo do Estado atuou mal. Uma gestão malfeita, uma dívida que foi-se ampliando e que quebrou Minas Gerais. É a mesma toada de FHC e FMI. Todos se lembram disso. Pegava-se dinheiro no FMI, o Brasil se endividava, o governo Fernando Henrique privatizava as empresas, mas não pagava a dívida, que se avolumava. E vendiam-se as empresas, a dívida aumentava e o Brasil ia para o buraco. Assim funcionou o sistema neoliberal, implantado pelos tucanos, de privatização, de má gestão e de déficit absurdo no País. Foi preciso que o Presidente Lula ganhasse as eleições e pagasse a dívida ao FMI, fazendo o dever de casa. Deputados Pompílio e Sávio Souza Cruz, foi estabelecido para o Brasil outro patamar de desenvolvimento econômico e social, de modo que hoje quase atingimos o pleno emprego. Isso tem dado ao Presidente Lula e à Presidenta Dilma outra concepção de Estado. A Presidenta Dilma é capaz de ir à Europa e dizer ao Presidente Barack Obama que precisamos ser tratados de igual para igual. Portanto, o quadro mudou.

Minas também precisa mudar. Minas não pode continuar com a concepção de jogar tudo do Estado num projeto aventureiro e pessoal do Senador Aécio Neves. Isso está sendo feito pela Assembleia Legislativa, por meio do Presidente da Casa, porque não é por meio da Mesa da Assembleia nem dos Líderes. Estão fazendo uma propaganda institucional da Assembleia, com recursos que não foram definidos por nós, pelo conjunto da Casa. Uma campanha para destratar o governo federal só interessa ao projeto Aécio Neves.

Estive raciocinando e concluí que isso não interessa sequer ao Governador Antonio Anastasia. Entendo que para ele deve prevalecer a lógica do bom diálogo, do bom comportamento, da relação profunda de amizade, do ponto de vista administrativo, com o governo federal. Não lhe interessam rixas nem desavenças. Imagino que é assim que o Prof. Anastasia deveria estar governando Minas Gerais.

Só interessa ao projeto pessoal de Aécio Neves abrir uma discussão interminável e falsa sobre a dívida, que foi feita pelos tucanos, por eles ampliada e por eles não paga. Agora, Minas Gerais se encontra nesse patamar de falência. Só interessa ao projeto Aécio Neves que exista uma causa, que é diminuir o percentual da dívida e tentar jogar a responsabilidade no governo federal. Acho difícil que o povo mineiro, por mais propaganda que a Assembleia Legislativa faça, engula essa bobagem de tentar responsabilizar o governo da Presidenta Dilma pelos problemas do Estado, que o Governador deveria estar solucionando.

Mas penso que é pior para o governo do Estado, que, em vez de governar, estabelece um conflito com o governo federal. Pode interessar a Aécio Neves? Pode, porque ele quer se mostrar ao PSDB como uma alternativa para 2014, fazendo a campanha para Presidente da República. É um direito, inclusive do PSDB, mas não é justo que a Assembleia Legislativa tenha, sem aprovação da sua Casa, por meio do Colégio de Líderes, estabelecido essa questão. Aí se vê utilização institucional da Assembleia Legislativa para os fins do PSDB. Para uma campanha partidária, politizada contra o governo federal. Nesse caso, estamos repudiando.

Por falar em Senador Aécio Neves, Deputado Sávio Souza Cruz, hoje é o dia do bafômetro, o “Bafômetro Day”, como está sendo chamado. Faz um ano que houve aquele incidente, e o Senador ainda não explicou à imprensa e ao povo mineiro as questões relativas à Rádio Arco-Íris. Solicitações de informações que já estão há muito tempo na Mesa da Assembleia não estão sendo encaminhadas. Não fugindo do assunto, digo que requerimentos que estão aqui, há menos tempo, como esse que estamos votando, foram colocados na pauta. Requerimentos que possibilitam até mesmo investigação jamais saíram da Mesa da Assembleia. A Mesa se sentou sobre requerimento tão importante. Ninguém nos presta informações, e faz um ano que solicitamos esclarecimentos acerca de quanto foi colocado na Rádio Arco-Íris pelo governo do Estado, na rádio que pertence à família do Senador Aécio Neves.

Voltando ao tema, precisamos de muita clareza para assinar. Quanto à dívida de Minas, é possível e necessária uma renegociação, mas uma renegociação séria, que não pode servir de instrumento político-partidário do PSDB, com recursos da Assembleia Legislativa, para desviar o assunto de um governo que não dá respostas ao endividamento que ele próprio fez, num choque de gestão que afetou o serviço público, numa quebradeira de Minas Gerais, por meio de um déficit zero, que hoje se mostra irreal e fictício.

Nesse sentido, encaminharei favoravelmente à aprovação desse requerimento, que pede esclarecimento até mesmo sobre o percentual da dívida da Cemig. Os senhores verão que os juros eram muito maiores que os pagos hoje, que já são altos. Os juros foram negociados por Eduardo Azeredo e por Fernando Henrique Cardoso. Naquela ocasião, a Bancada do PT nesta Casa votou de forma contrária, assim como a Bancada do PSDB. O acordo é ruim desde aquela época. Vamos renegociar, mas com seriedade, não fazendo disso uma bandeira política para quem faliu Minas Gerais e está sem programa para governar. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminharei, de forma muito rápida, o Requerimento nº 1.918, da Comissão da Dívida Pública. As palavras de alguns parlamentares, que respeito muito, na verdade tentam jogar uma cortina de fumaça, procuram esconder a realidade e confundir a população. A questão da dívida é límpida e transparente. Todos nós recordamos que, antes do Plano Real, os juros cresciam em números galopantes. Em um determinado momento esses juros atingiram mais de 80%



ao mês. Com base nesses juros, todas as dívidas e operações bancárias eram feitas. Com o advento do Plano Real, a realidade mudou. Foram feitas novas pactuações, com todos os Estados, com referência à dívida do Estado com a União, do Estado com o governo federal. Isso não ocorreu apenas em Minas Gerais, mas no Brasil todo.

Em Minas Gerais, graças ao Governador Eduardo Azeredo, foi feita uma repactuação dos juros da dívida, que antes ultrapassavam a casa de 30% ao mês, para o IGPM mais 7% ao ano, o que dava cerca de 14% ao ano. Foi uma negociação extremamente benéfica para o Estado de Minas Gerais naquele momento e para todos os outros Estados do Brasil. O que aconteceu depois? Os anos foram passando, a realidade mercadológica mundial e a taxa de juros mundial foram se modificando. O Brasil alcançou estabilidade monetária a tal ponto que falar em juros de 14% ao ano é considerado agiotagem. Hoje o que acontece? O governo federal cobra de todos os Estados, não só de Minas Gerais, juros anuais que nenhum banco pratica na praça. É muito mais que o dobro, muito mais que o triplo. Nem agiota tem coragem de cobrar os juros que a União cobra dos Estados.

O governo federal se recusa a negociar esses juros. O governo Lula ficou oito anos se recusando a renegociar a taxa desses juros, e, até agora, a Presidente Dilma também se recusa a fazê-lo. Esses juros obrigam Minas Gerais a pagar R\$4.000.000.000,00 por ano, com uma taxa “agiotica” de juros, estrambólica e estratosférica, que sufoca os cofres públicos, não apenas de Minas Gerais mas também dos outros Estados do Brasil.

Quero parabenizar a Comissão da Dívida da Assembleia Legislativa, que colocou no ar uma propaganda altamente esclarecedora, mostrando que Minas Gerais paga, apenas de juros, R\$4.000.000.000,00 para o governo federal. Com esse dinheiro, quantas melhorias poderíamos trazer e quantos investimentos poderiam ser realizados em nosso Estado. Lembramos aqui que quase todos os investimentos realizados em Minas Gerais são originados dos cofres do Estado, sem contar com nenhum tostão do governo federal. Essa é a grande realidade. Portanto, Sr. Presidente, não temos medo de discutir essa dívida, não temos medo de discutir esses juros escorchantes, exorbitantes, que, há muitos anos, sufocam os Estados, sufocam a população e sufocam os governos. Lembramos que o governo Lula, o governo do PT, recusou-se a repactuar esses juros de agiota – aliás, não, porque são juros que fazem vergonha a qualquer agiota, já que este não teria coragem de cobrá-los. O governo federal não se propõe a renegociar esses juros, que sufocam a população dos Estados.

Portanto, Sr. Presidente, essa é uma discussão muito clara. A Assembleia Legislativa montou a Comissão Especial da Dívida Pública, liderou esse processo e começou a fazer uma caravana por todos os Estados para que o governo federal se sensibilizasse e repactuasse essa dívida, transformando-a em números justos, honestos e razoáveis. E o governo federal se recusa a fazer isso. A Assembleia Legislativa de Minas está visitando todos os Estados e está colocando propaganda na televisão para esclarecer a população sobre a importância de repactuar esses juros que sufocam a população mineira.

Assim, Sr. Presidente, encaminhamos favoravelmente ao requerimento. Estão na pauta alguns requerimentos de pedidos de informações da Comissão da Dívida. Aprovaremos todos eles, e não tenhamos medo de conversar, de discutir e de apresentar os documentos. Vamos aprová-los. O PSDB e a bancada governista encaminham favoravelmente à aprovação dos requerimentos. Queremos a verdade, queremos que a população conheça a verdade, queremos transparência. Mas não queremos confundir, como faz a Bancada da Oposição, e não queremos esfumegar a realidade com o canto da sereia, isso não! Queremos a verdade e a transparência e vamos conseguir isso. E qual é a verdade? O governo federal sufoca os Estados, sufoca a população, liquida a população mineira. Então, não é permitindo o crescimento dos Estados com uma dívida, uma cobrança injusta, incoerente, malvada mesmo, que impõe sofrimento às populações.

O governo de Minas atravessa o choque de gestão e o déficit zero conseguindo equacionar as finanças do Estado. Hoje, Minas Gerais vive de maneira apertada, mas vive dentro do seu próprio orçamento, e o governo federal é insensível a isso, continua esmagando a nossa população, continua esmagando o governo e as finanças públicas, recusa-se a renegociar os juros dessa dívida. Concluirei minhas palavras para votarmos o requerimento. Encaminhamos favoravelmente ao requerimento de informações. Há cinco pedidos de informação sobre a mesa, e todos eles são oriundos da Comissão Especial da Dívida Pública. O PSDB e a bancada governista encaminham favoravelmente, porque não temos medo da verdade e queremos a repactuação dessa dívida. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho aqui discutir esse requerimento que nos remete à palpitante discussão do endividamento do Estado de Minas Gerais. Endividamento que, até certa medida, surpreende os mineiros, que têm sido bombardeados nos últimos anos com a intensa publicidade do déficit zero, do choque de gestão e do PIB da China.

Ora, não chega a ser alta matemática, é simples aritmética. Se se tem déficit zero, a dívida não poderia crescer. No máximo, ela ficaria estável. Na verdade, o governo que anuncia o déficit zero viu a dívida pactuada com o governo federal triplicar. Se ela triplicou, Deputado Lafayette de Andrada, é porque não havia déficit zero. Poderia dizer-se tecnicamente que em algum momento tivemos déficit primário zero. Isso aconteceu em 1999. Não é novidade em Minas Gerais. A novidade é fazer disso peça publicitária; é fazer disso mistificação; é levantar um leviatã publicitário em cima de algo que nada representa. Isso, sim, é novidade. Não é verdade que os juros eram de 7%. Eles eram de 7,5%. E, Deputado Lafayette de Andrada, não era verdade que era IGPM, era IGP-DI. Na verdade, era IGP-DI mais 7,5%. Não era IGPM mais 7%. Falo só para repor a realidade da negociação que foi feita: a pior dos Estados. Ela foi feita por um governo do PSDB, o Governador Azeredo, com o Presidente do PSDB, Fernando Henrique Cardoso. E foi ruim desde o começo. Não me venham dizer que houve um desbalanceamento de lá para cá, porque, desde o primeiro momento, o limite imposto de 13% da receita líquida corrente jamais foi suficiente para amortizar os juros. Portanto, o estoque da dívida, desde o primeiro mês, foi sendo aumentado. Por isso, desde o primeiro mês do governo Itamar, em janeiro de 2009, quando deveria começar a ser paga essa dívida, tentou-se renegociá-la.

E o que aconteceu àquela época? Justamente os que agora, 12, 13, 15 anos depois, vêm levantar essa discussão, não tiveram nenhuma solidariedade. Houve o escárnio, a ridicularização e o uso da máquina do governo federal para impor em Minas Gerais o torniquete que se impôs no governo federal.



E, Deputados Rogério Correia e Ulysses Gomes, naquela época, o governo de Minas tinha autoridade para solicitar uma renegociação da dívida com o governo federal. E tinha autoridade por quê? Porque durante os quatro anos do governo Itamar, Minas não contraiu sequer R\$0,01 de novos empréstimos. Vou repetir: durante os quatro anos do governo Itamar, Minas não contraiu sequer R\$0,01 de novos empréstimos. Não é isso o que acontece nessa quadra da vida de Minas Gerais.

Hoje mesmo temos em pauta, para serem apreciados, mais R\$500.000.000,00 em pedidos de novos empréstimos.

Recentemente fiz um levantamento e cheguei ao seguinte número: desde a posse no primeiro mandato do Governador Aécio Neves, a Assembleia Legislativa já autorizou nada menos que R\$16.000.000.000,00 - repito: R\$16.000.000.000,00 - de novos empréstimos para Aécio Neves e Antonio Anastasia. São esses governantes que continuam endividando Minas Gerais que se acham no direito de usar a Assembleia Legislativa para fazer uma propaganda mentirosa, usando o dinheiro público de uma Casa Legislativa para fazer uma campanha que mente aos mineiros, dizendo que a má gestão de Minas Gerais é responsabilidade do governo federal. Responsabilidade de um endividamento feito por eles, pelo governo estadual do PSDB com o governo federal do PSDB, que tentou negociar, desde 1999, mas que foi impedido por eles.

É isso que vivemos em Minas Gerais: a hipocrisia, o reino da mentira, o reino da mistificação, o império do leviatã publicitário do Estado, que agora chega até a Assembleia. A Assembleia Legislativa é usada para manipular o povo de Minas contra o governo federal, tirando a responsabilidade do governo de Minas de tudo que não se faz na área social. Se não temos saúde, é por causa do governo federal; se não temos escolas, é por causa do governo federal; se os professores não podem comer a merenda, é por causa do governo federal; se a turma é multisseriada, a culpa é do governo federal; temos o pior índice de segurança, culpa do governo federal. Ora, aqui não há responsabilidade por nada, mas publicidade há. O dinheiro da publicidade é o mais alto de todos os tempos. Dinheiro para fazer os achegos dos amigos, há; do Fasano, há, do Luciano Huck, há. Para isso há dinheiro.

Agora é preciso que tenhamos coragem de colocar o dedo na ferida. Esse requerimento que estamos votando aqui sobre o endividamento...

Sou eu quem o agradeço. Quero só dizer e lembrar ao Deputado Zé Maia que defendo essa negociação desde 1999, quando o PSDB do ex-Presidente Fernando Henrique impediu que se fizesse. Esse juro, chamado escorchante, foi negociado pelo governo do PSDB aqui de Minas Gerais com o governo federal do PSDB. Quem negociou esses juros, que se chamam agiotagem, foi o PSDB de um lado e do outro da ponta. Esse requerimento que estamos discutindo aqui, dos juros da Cemig, que é uma empresa do governo de Minas, é porque ela cobra de Minas Gerais, que é seu acionista majoritário, IGPM mais 8,75%.

Deputado Zé Maia, ouvi V. Exa. e gostaria que me ouvisse.

Retomando, são juros mais altos do que o governo federal cobra. A empresa do governo de Minas cobra do seu acionista majoritário juros mais altos do que a União. Nesse caso não aparece a campanha publicitária da Assembleia Legislativa, não aparece nada para registrar isso, porque não convém politicamente. É isso que temos de denunciar. Há uma campanha diversionista patrocinada com dinheiro público para tirar a responsabilidade do governo do Estado pela quebradeira de Minas Gerais. O governo de Minas está quebrado! Minas é o Estado mais endividado da União. Temos 9,1% do PIB, 10,5% da população e 15,4% da dívida. Os mineiros são, na média, 10% mais pobres e 50% mais endividados do que os demais brasileiros. É esse o resultado de 10 anos de tucanato. É esse o resultado, Deputado Zé Maia.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ulysses Gomes* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha pela TV Assembleia. Tenho acompanhado aqui esses debates, essas manifestações e fico tentando me colocar, sinceramente, no lugar do cidadão que nos assiste, que nos acompanha, seja aqui na Casa, seja nas nossas atividades, ou daquele que tem o privilégio e a oportunidade de acompanhar esse debate.

Não tenho dúvida de que esse mesmo cidadão que está ouvindo e acompanhando nossos debates, alguns acalorados, Deputado Rômulo Viegas, deve estar se perguntado por que somente agora se levanta tamanha preocupação sobre um problema para o qual, de fato, o governo federal, ao contrário do que alguns aqui tentaram afirmar, está aberto à negociação. O Congresso tem uma comissão especial para tratar desse assunto. O governo já sinalizou, inclusive, a troca do indexador. Enfim, tenta-se maquiagem, cada um tentando fazer o discurso da verdade, discurso esse que, nos últimos oito anos, esta Casa e os dois governos do nosso atual Senador Aécio Neves não se dispuseram a debater. Essa dívida foi maquiada; sempre foi divulgado na mídia nacional, mais do que em Minas Gerais, que o governo não tinha dívidas, que tinha sanado as suas contas, com o famoso déficit zero. É essa imagem que, nos últimos oito anos, Minas Gerais e o Brasil tiveram de Minas. É essa imagem que, em todo lugar onde tivemos a oportunidade de estar, víamos. Eu trabalhava em Brasília, e ouvíamos diversas lideranças falarem como Minas Gerais tinha zerado o déficit. Lembro-me do trabalho importante que o Deputado Weliton Prado exercia aqui nesta Casa, Deputado Elismar Prado, de fazer um levantamento, na mídia de cada Estado, nos principais jornais, sobre o investimento que o governo de Minas Gerais fazia, e ainda faz, na mídia nacional, plantando a imagem de que Minas Gerais tinha solucionado o problema de suas contas, que tinha sanado as suas dívidas.

Hoje a base do governo tenta criar a imagem de que o culpado dessa história é o governo federal e, a partir dessa lógica, justificar o descaso com as políticas públicas nas áreas de saúde, educação e infraestrutura em Minas Gerais. Tenta mostrar para a população mineira que o problema do Estado – a falta de projetos e de prioridade para essa área – se deve a essa dívida com o governo federal.

De fato, na comissão criada por esta Casa – aliás, um exemplo importante para o País, que puxou o debate nacional nas Assembleias Legislativas -, estamos fazendo um debate técnico, aprofundado, coerente e responsável sobre essa dívida. Esse é o debate que tem de ser feito. Mas os Líderes do Governo nesta Casa trazem o debate para o âmbito político, o que nos impõe a necessidade de lembrar, como fez muito bem o Deputado Sávio Souza Cruz, que me antecedeu, que o acordo firmado em 1997, Deputado Rogério Correia, foi entre um governo do PSDB no Estado e um governo federal também do PSDB. Agora querem colocar a culpa no governo do Presidente Lula. Ora, durante oito anos, em momento algum houve, por parte do governo ou desta Casa, manifestação nesse sentido. Agora Minas Gerais, com o Governador Anastasia – e me permitam ressaltar a importante posição que o Governador Anastasia tenta impor, com seu perfil técnico e competente -, assusta-se ao encarar a situação e ver o Estado com tamanha dívida. Aí, sim, exatamente

pelo que acabei de dizer, esta Casa pode ser referência de um diálogo coerente e responsável que alguns parlamentares tentam fazer. Mas, quando deparamos com essa disputa que Líderes do Governo tentam promover, maquiando a situação para dizer que o governo federal age como um agiota em função dos juros adotados – e que de fato precisam ser revistos neste momento –, e para colocar a culpa do descaso e da falta de investimento nas políticas públicas em Minas Gerais nas costas do governo federal, temos de dizer que isso é inaceitável. É inaceitável!

Há um mês, tratamos desse assunto nesta Casa, ao discutirmos, por exemplo, as contas do governo do Estado. O próprio Tribunal de Contas, em seu parecer técnico, ressaltou claramente – vejam que não é o Deputado Ulysses Gomes, do PT e do bloco de oposição, que está afirmando, mas o próprio Tribunal de Contas – que, pelas contas do governo do Estado de 2010, o Estado não investe na educação o mínimo determinado no índice constitucional, 25%. Para atingir esse índice, o governo lança dados e investimentos que, segundo a orientação do próprio Tribunal de Contas, não são aceitáveis e, em vez de investir 25%, investe 20% na área da educação. Foi por isso que passamos todo o ano passado discutindo o problema da educação em Minas Gerais: vimos que os professores não têm a prioridade que merecem nem condições mínimas de trabalho, sobretudo em termos do reconhecimento da qualidade da sua mão de obra e da valorização da sua profissão. Também na área de saúde, o próprio parecer do Tribunal de Contas aponta claramente que Minas Gerais não investe o mínimo constitucional de 12%. Para atingir os 12,4% postos em sua prestação de contas de 2010, usa investimentos da Copasa em saneamento, coisa que não deve ser feita, como o Tribunal de Contas alerta há mais de dois anos. Agora, o Tribunal de Contas está fazendo um termo de ajustamento de gestão para que, nos próximos anos, Minas cumpra o investimento mínimo nessas áreas.

Não estamos aqui querendo trazer o embate para a lógica política, querendo colocar a culpa em um ou em outro, porque, se discutirmos na lógica da disputa político-partidária que esta Casa coloca, teremos, sim, de resgatar quando, por quem, como, quais as condições em que foram colocados esses empréstimos. Então nós poderemos, sim, apresentar os dados importantes que o Deputado Sávio Souza Cruz trouxe aqui de que Minas Gerais, nos últimos nove anos, endividou-se, nada mais nada menos, que em R\$16.000.000.000,00. Estou certo, Deputado? E ainda apresentar informações importantes sobre esse requerimento que estamos discutindo, do empréstimo com a Cemig, de juros de uma empresa pública cujo maior acionista é o Estado de Minas Gerais. Por que ninguém está disposto a discutir esses juros, que são muito maiores que esses – se é assim que todos querem afirmar – juros absurdos de que o governo federal está tratando, consequência de um acordo feito há mais de 10 anos?

Imagino que o cidadão mineiro que acompanha a TV Assembleia não consegue compreender isso. Falando dos dois últimos mandatos de Governador, por que, durante esse tempo, por quase nove anos, essa temática não foi pauta de discussão, seja do governo, seja desta Casa Legislativa? Por que agora a Assembleia assume as dores do governo, do partido, numa disputa política que não é o papel desta Casa? Esta Casa que é exemplo para todo o Brasil na competência técnica, nos gastos na sua estrutura, que presta um serviço primordial para a democracia mineira. Por quê?

Deputado Sávio Souza Cruz, só para uma propaganda, no intervalo de 30 segundos do “Jornal Nacional”, paga-se R\$42.000,00 para uma inserção. E sabemos, Deputado, que a TV não vende uma inserção, mas um pacote de inserções. Então, são investimentos como esses que colocam a nossa atuação em questionamento. E esta Casa, que é pioneira, um exemplo em tantos debates importantes, tem condições, sim, de colocar esse debate no patamar que ele merece. Esta Casa começou com um exemplo importante, com um debate democrático e aberto. E é nesse sentido que a nossa bancada tem debatido e se colocado exatamente com um dos membros, hoje Presidente dessa Comissão, à frente desse debate. Isso porque acredita que ele é importante, desde que seja, Sr. Presidente, realizado num patamar sério, transparente e verdadeiro. Se é isso que queremos, não é nesse tom que conseguiremos discutir, mas com a verdade que a população quer acompanhar. E não adianta quereremos a verdade no grito, na pressão, assim como estão fazendo com o Deputado Rogério Correia, que, durante o seu discurso, não apareceu na TV. É impressionante, e eu me assustei. Estávamos assistindo aqui e, durante o discurso do Deputado Rogério Correia, foi cortada a sua imagem; logo em seguida, voltou.

Quero, mais uma vez, dizer que tenho defendido em todo momento, não por ser Deputado, mas por acompanhar como militante em movimentos sociais, como partidário, como acompanhante de vários movimentos nesta Casa, enfim, o papel que a Assembleia Legislativa exerce na democracia mineira. Trata-se de um papel primordial da estrutura que oferece, do debate qualificado que oferece, e que não pode nos colocar nesse patamar de debate. Creio que esta Casa tem condições de melhorar, de colocar esse debate no patamar que Minas Gerais merece. Aqui temos os números que nos mostram isso, porque a história nos mostra isso, e eu tenho certeza de que aqueles que nos acompanham sabem distinguir essa situação. Obrigado. Boa tarde a todos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Bonifácio Mourão – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vou procurar ser breve para terminar a tempo de efetuar a votação de que precisamos.

A meu ver, para algumas coisas ditas aqui, a verdade precisa ser reposta. A começar pela publicidade que a Assembleia está apresentando na TV e em outros órgãos, quando se criticou a publicidade de forma injusta.

O Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, ouviu as partes competentes para colocar a publicidade. Primeiramente foram convidadas todas as lideranças para apreciar a primeira publicidade proposta. As lideranças levantaram alguns problemas, não todas, mas algumas, principalmente da Oposição. O Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Dinis Pinheiro, houve por bem acatar aquelas propostas feitas e corrigir o que aqueles Deputados da Oposição entenderam que precisava ser corrigido. Depois submeteu de novo aos Deputados, inclusive ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, Presidente da Comissão Especial da Dívida Pública. Depois que se manifestaram de acordo com a publicidade, é que ela foi colocada no ar. Essa publicidade é importante, porque o movimento de combate aos termos em que está a dívida pública se iniciou em Minas Gerais. Aqui é que foi iniciado, ano passado, este movimento, para chamar a atenção de todos os brasileiros sobre o que está acontecendo com a dívida pública de 25 Estados dos 27 que o Brasil tem. Só não devem à União dois Estados - Amapá e Tocantins. Os outros 25 devem, e devem muito. Todos eles estão pagando juros que variam de 6% a 9%. Minas Gerais paga 7,5%. Todos eles estão pagando a correção, o indexador IGP-DI. No momento em que estamos vivendo, somados IGP-DI mais juros dá cerca de 12% a 14%. Queremos mostrar que essa publicidade feita pela Assembleia

Legislativa de Minas Gerais tinha que ter sido feita há mais tempo, para mostrar ao Brasil inteiro que esse movimento começou em Minas Gerais. Mais um movimento importante que Minas Gerais faz pelo Brasil, assim como fez na época dos inconfidentes mineiros, contra a derrama. Agora Minas Gerais novamente faz um movimento que interessa ao País todo. Depois que o movimento foi iniciado em Minas, o Senado adotou, e já tem uma comissão de notáveis nomeados pelo Senado; a Câmara dos Deputados já tem a sua comissão; os Estados brasileiros, de um modo geral, já nomeiam a sua comissão; Minas Gerais está visitando, por meio dos seus Deputados, diversos Estados brasileiros; já estamos levando a questão para o interior; as cidades-polo já estão discutindo conosco; a questão está sendo discutida com o povo de Minas Gerais e com o povo brasileiro. Mas não podemos perder a paternidade desse movimento, que começou em Minas Gerais e foi à publicidade. Não levaríamos nada. Não podemos esconder os nossos movimentos.

No momento em que publicamos o movimento com inteira imparcialidade, ele passou a incomodar alguns. Incomodar por quê? Ele não ofende, não agride ninguém. Ele só fala que Minas Gerais não pode pagar os juros de 7,5%, mais IGP-DI. A publicidade só fala que o governo de Minas, como os governos brasileiros, não pode se comprometer com 13% da sua receita líquida real. Por que isso está agredindo alguém? Não está agredindo ninguém. Eu me coloco aqui, em parte, dentro do que falou o Deputado Ulysses Gomes. Não quero aqui tomar este ou aquele partido, jogar a culpa no PT, no PSDB, no PMDB. Eu estou aqui, como Líder de Governo, para defender a posição de resolver esse problema para Minas Gerais e para o Brasil.

Caros colegas Deputados, por exemplo, Minas Gerais paga, só de juros, sem IGP-DI, 7,5%. Em 1998, quando foi assinado o contrato, a Selic era 28%, e hoje é 9% - menos de 10%. Se era 28% e hoje é 9%, vamos dividir 28 por 9, dá 3 e pouco. A Selic caiu dois terços, então os juros, que eram 7,5%, têm que cair dois terços também, no mesmo ritmo que caiu a Selic. Tem que cair de 7,5% para 2,5% pelo menos. Isso é inteiramente razoável. Minas Gerais está cogitando isso, diminuir o comprometimento da dívida. Se é de 13%, cair para 9%, por exemplo. Está na manchete do jornal "Hoje em Dia", na publicação de ontem ou anteontem, que, se cair de 13% para 9%, Minas ganhará cerca de R\$1.250.000.000,00 por ano, que deixará de pagar no comprometimento da dívida.

Vejam, senhoras e senhores, com R\$1.250.000.000,00 Minas construirá aproximadamente 600 escolas, prédios escolares, num valor de 2 milhões cada um por ano; 3.500 unidades de saúde num valor aproximado de R\$400.000,00 cada uma por ano; e 45 mil casas populares por ano no valor da unidade do programa Minha Casa, Minha Vida, de R\$25.000,00. Então são esses os problemas que nós, assim como os 25 Estados brasileiros, estamos procurando resolver, além da questão de Minas Gerais. Não estamos acusando a Presidente da República, mas, sim, fazendo um movimento para sensibilizarmos a população brasileira. Além disso, levamos um movimento uniforme à Presidência da República para mostrar à Presidente Dilma Rousseff que essa questão não pode continuar nesses termos. O objetivo é esse e não briga de PSDB contra PT. Não é nada disso.

Temos de resolver esse problema. A verdade é que o dinheiro, ou seja, o recurso está concentrado em Brasília. Quer dizer, 70% do que se arrecada neste país está em Brasília. Os outros 30% são distribuídos entre os 27 Estados brasileiros e mais de 5 mil Municípios brasileiros. Além de o recurso estar concentrado em Brasília, essa dívida pública não é só de Minas, mas também de todos os 25 Estados brasileiros e é impagável. Quando chegar ao final do prazo em 2028, nenhum terá pagado à União.

Em 1998, Minas Gerais devia à União R\$14.500.000.000,00 e, de 1998 até agora, pagou R\$22.500.000.000,00 e está devendo R\$58.500.000.000,00. Isso pode continuar? É claro que não. Isso não acabará nunca. Quando chegar a 2028, corrigindo os valores até lá, estará devendo mais de R\$200.000.000.000,00. Essa é a situação que temos de corrigir e não ficar com essa briga interna entre PT, PSDB e PMDB, um jogando a culpa no outro. Não resolveremos a questão dessa forma. Temos um compromisso maior com o povo de Minas Gerais e precisamos buscar uma solução de comum acordo, de mãos dadas. Sabemos que alguns Deputados não quiseram assinar a prorrogação do prazo da Comissão Especial da Dívida Pública. Considero isso uma injustiça e um absurdo porque essa Comissão está prestando um grande serviço à Assembleia e ao povo de Minas Gerais. Só por razões políticas isso não faz sentido. Precisamos pôr a cabeça no lugar, pois temos um desafio maior. É uma grande bandeira que Minas Gerais está segurando para os mineiros e o Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Rogério Correia* - Presidente e Deputados, pedi a palavra para discutir o veto e solicito à assessoria que providencie o projeto. Trata-se da discussão da Proposição de Lei nº 20.846, que dispõe sobre a declaração de áreas de vulnerabilidade ambiental e dá outras providências.

Presidente, antes de iniciar a discussão do veto, gostaria de reiterar o que o Deputado Ulysses Gomes aqui denunciou. Farei a denúncia rapidamente, mas não posso deixar de fazê-la. Quando este Deputado solicitou a palavra para encaminhar a votação de um requerimento, esta Casa Legislativa não permitiu que este Deputado fosse ouvido, por meio de seus funcionários. Ao mesmo tempo em que iniciei minha fala, o serviço de som passou a transmitir a recomposição de quórum. Portanto, durante todo o tempo em que falei, o som estava ligado fazendo recomposição de quórum sem a reunião estar encerrada.

Solicito ao Presidente verificar de quem foi a responsabilidade, se isso aconteceu sem querer, se foi um lapso ou se, mais uma vez, como já ocorreu e eu já denunciei, quiseram boicotar a fala de Deputados aqui, da tribuna. Recebi telefonemas dizendo que eu havia falado, mas que a recomposição de quórum estava sendo colocada no som da Assembleia Legislativa. Portanto, as pessoas não escutaram o que falei. Havia recomposição de quórum, que parou de ser transmitida tão logo minha fala terminou. O Deputado que veio em seguida pôde ser ouvido.

Então, Sr. Presidente, deixo aqui esta denúncia, para que V. Exa. peça, em nome da Mesa, a apuração da responsabilidade do ocorrido, porque isso é sério. Enquanto um Deputado fala, não é possível que o serviço de som seja boicotado. Não havia término da reunião para que se fizesse a recomposição, repito. A recomposição é feita quando se pretende verificar se há ou não quórum.

Agora, quanto ao fato de se utilizar o serviço de som quando um Deputado faz encaminhamento de votação, realmente alguém deve ser responsabilizado. Não estou dizendo se a pessoa agiu ou não de má-fé, mas a Mesa da Assembleia deve apurar essa questão, que julgo importante. Essa denúncia foi feita não por um, mas por vários funcionários que reclamaram disso.

Sr. Presidente, solicitei a discussão do projeto porque dispõe sobre a declaração de área de vulnerabilidade ambiental e dá outras providências. Essa mensagem do Governador vetando o projeto, publicado no diário oficial, no dia 9 de fevereiro, diz que o Governador optou por um veto parcial por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público. A proposição de lei tombada sob



o nº 20.846 dispõe sobre a declaração de área de vulnerabilidade ambiental e dá outras providências. Depois de ouvida, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente manifestou-se pelo veto ao art. 6º, que trata do Conselho Consultivo do Parque Estadual Serra do Rola-Moça, criado pelo decreto; e assim se vai lendo o art. 6º vetado. É um veto à composição de todos os representantes desse Conselho, e são muitos.

Sr. Presidente e colegas Deputados, a razão do veto é que o art. 6º, ao alterar a composição do Conselho Consultivo, segundo o Governador viola, de forma cristalina, o disposto no inciso XIV do art. 90º da Constituição do Estado, que estabelece que compete privativamente ao Governador dispor, na forma da lei, sobre a organização da atividade do Poder Executivo. Portanto, essa questão ambiental remete-nos a diversas preocupações. Eu mesmo fui autor de leis importantes que ainda não foram regulamentadas. Há uma preocupação que o Governador retrata em relação à formação do conselho e à vulnerabilidade ambiental. Entretanto, não vimos, por exemplo, a regulamentação de leis importantes que foram aprovadas nesta Casa. Com elas, o Governador não teve essa mesma preocupação. Cito, por exemplo, a Lei do Pró-Pequi, de autoria deste Deputado. A lei foi regulamentada, mas o conselho continua sem funcionamento adequado. Além disso, por meio de lei de minha autoria aprovada nesta Casa, optamos por regulamentar uma área de preservação ambiental de Várzea das Flores. Nesse caso, até hoje não houve regulamentação do projeto de lei em Contagem. Fizemos audiência pública, solicitamos a regulamentação, mas nada! Continua sem regulamentação. Portanto, do ponto de vista ambiental, muitas incongruências devem ser colocadas neste Plenário.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 16/4/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Dinis Pinheiro

exonerando, a partir de 23/4/2012, Renê Martins dos Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas; nomeando Tatiana Faith Gonçalves Godoi para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, da Resolução nº 5.203, de 19/3/02 e 5.305, de 22/6/07, assinou os seguintes atos:

exonerando, a partir de 23/4/2012, Rosilene Nepomuceno da Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando, a partir de 23/4/2012, Tatiana Faith Gonçalves Godoi do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Bruna Carolina Lara Maia Resende para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Igor Rodrigues Rocha para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

nomeando Renê Martins dos Santos para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

nomeando Rosilene Nepomuceno da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

nomeando Thayane Soares Vieira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.195, de 4/7/00, e 5.310, de 21/12/07, e da Lei nº 15.014, de 15/1/04, assinou os seguintes atos, considerando a Decisão da Mesa de 16/2/09, tomada com base, entre outros fundamentos, na recomendação da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Patrimônio Público, expedida em 9/2/09, decorrente do procedimento investigatório nº 0024.08.000.499-7, e do inquérito policial nº 0024.08.240.194-4 em tramitação na Vara de Inquéritos da Capital, assegurada a reserva de nove vagas dentre as sessenta previstas no edital nº 1/07 para o cargo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, observando-se que o inquérito policial nº 0024.08.240.194-4 deu ensejo à ação penal nº 0024.08.240.194-4 em curso na 9ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte:

nomeando Silma Isabel de Assis para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 218º lugar em concurso público.

nomeando Vanessa Gonçalves Maciel para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 219º lugar em concurso público.

nomeando Ronaldo Mol da Silva para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 220º lugar em concurso público.



nomeando Michelle Flavia Corcino Pereira para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 221º lugar em concurso público.

nomeando Tatiane Costa de Andrade para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 222º lugar em concurso público.

nomeando Isabella Oliveira Rozendo para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 224º lugar em concurso público.

nomeando Marcos Luiz de Assis Junior para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 225º lugar em concurso público.

nomeando Gabriela Marotta Vidigal para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 226º lugar em concurso público.

nomeando Luciana Murta Luz para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 227º lugar em concurso público.

nomeando Aline Leite Viana para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 228º lugar em concurso público.

nomeando Clayson Charles de Souza para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 229º lugar em concurso público.

nomeando Marcelo Augusto de Paiva e Franco para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 230º lugar em concurso público.

nomeando Deysse Fonseca Nepomuceno para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 231º lugar em concurso público.

nomeando Marcos Bruno Silva Ferreira para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 232º lugar em concurso público.

nomeando Pedro Henrique Salomé do Amaral para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 233º lugar em concurso público.

nomeando Rejane de Oliveira Marciano para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 234º lugar em concurso público.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c o artigo 133, acrescido ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais pelo artigo 48 da Emenda à Constituição nº 84, de 22/12/2010, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, 15.789, de 3/11/2005, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, e 19.838, de 2/12/2011, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nº 5.086, de 31/8/1990, e nº 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 30/3/2012, a servidora Rosilene Fernandes da Silva, inscrita no CPF sob o nº 315.121.606-44, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-61, classe Especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2012

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 23/2012

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, às 14h30min do dia 7/5/2012, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade a aquisição de aparelhos telefônicos e "headset".

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das



8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 20 de abril de 2012.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Distribuidora Girassol Ltda. Objeto: aquisição de açúcar refinado. Vigência: 10 meses a partir da data de assinatura. Dispensa de licitação. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.3.3.90-10.1.